



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I - CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA SAÚDE**

RAFAELA ELIAS DA SILVA

DIMENSÕES DO TRABALHO REAL EM INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO

CAMPINA GRANDE- PB

2021

RAFAELA ELIAS DA SILVA

DIMENSÕES DO TRABALHO REAL EM INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Psicologia da Saúde – Mestrado, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia da Saúde.

Área de concentração: Psicologia da Saúde.

Orientador(a): Profa. Dra. Thaís Augusta Cunha de Oliveira Máximo

CAMPINA GRANDE- PB

2021

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586d Silva, Rafaela Elias da.
Dimensões do trabalho real em instituições de acolhimento
[manuscrito] / Rafaela Elias da Silva. - 2021.
60 p.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Psicologia da Saúde) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências
Biológicas e da Saúde, 2021.

"Orientação : Profa. Dra. Thaís Augusta Cunha de Oliveira
Máximo, Departamento de Psicologia - CCBS."

1. Instituição de Acolhimento. 2. Psicodinâmica do
Trabalho. 3. Políticas Públicas. 4. Saúde do trabalhador. I.

Título

21. ed. CDD 158.7

RAFAELA ELIAS DA SILVA

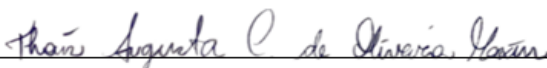
DIMENSÕES DO TRABALHO REAL EM INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Psicologia da Saúde – Mestrado, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia da Saúde.

Área de concentração: Psicologia da Saúde.

Aprovada em: 15/04/2021.

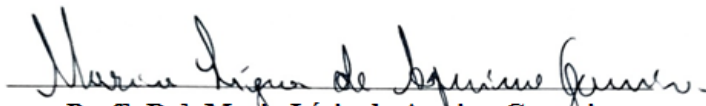
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Thaís Augusta Cunha de Oliveira Máximo

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

Professora Orientadora e Presidente da Banca Examinadora



Prof. Dr. Maria Lígia de Aquino Gouveia

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

Membro Interno



Prof. Dr. Vanessa Andrade de Barros

Universidade Federal da Paraíba- UFPB

Membro Externo

Dedico este trabalho aos meus pais, Jailson e Francisca Lúcia e a minha irmã, Ana Letícia, pelo acolhimento, incentivo e aposta diária.

AGRADECIMENTOS

A Deus, acima de tudo, por renovar minhas forças para que eu pudesse prosseguir.

Aos meus pais e minha irmã que nunca pouparam esforços para me auxiliar durante todos os desafios vivenciados nesse percurso.

À Thaís, minha orientadora, pela competência, apoio e conhecimento científicos ofertados. Muito obrigada por toda contribuição no desenvolvimento desse percurso acadêmico.

À Maria Lígia por ter me apresentado o cenário de Instituições de Acolhimento e despertado o desejo de saber. Inspirou-me na trajetória acadêmica e incansavelmente contribuiu na minha formação, desde a graduação, agradeço também pelo desfrute da sua amizade.

À professora Vanessa, pela prontidão e disponibilidade em fazer parte da banca examinadora e contribuir com este trabalho.

Ao meu companheiro, Thiago, pela compreensão, incentivo e compartilhamento de parte desse percurso acadêmico.

Aos meus amigos, em especial a Vinícius, Lucas e Pedro, pelo incentivo, risadas, suporte e aconchego, cada um a seu modo.

Ao grupo de trabalhadoras que participaram dessa pesquisa e me permitiram refletir sobre seu universo de trabalho. Grandes mulheres que fazem todos os dias a diferença na vida de inúmeras crianças e adolescentes. A elas meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as relações sujeito-trabalho-saúde para trabalhadores de instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. Para tanto, o delineamento teórico- metodológico adotado encontra-se respaldado em princípios da Psicodinâmica do Trabalho, que nos oferece elementos importantes na medida em que discute os aspectos subjetivos mobilizados no encontro do sujeito com a sua situação de trabalho. A coleta dos dados se deu por meio de entrevistas individuais semiestruturadas com 17 trabalhadoras. As entrevistas foram gravadas e posteriormente apreciadas por meio da Análise de Núcleo de Sentido. Com base nos resultados foram evidenciadas as seguintes considerações: a efetivação da Política, tal como é operacionalizada no cotidiano, contraria as normativas preconizadas pelas próprias orientações técnicas para o funcionamento do serviço de acolhimento, com destaque para a ausência de pré-requisitos para contratação de profissionais e a ineficiência de capacitações e treinamentos. Associado a essa transgressão das normativas de funcionamento do serviço, tem-se o contexto da divisão sexual do trabalho e relações de gênero, elementos que potencializam a sobrecarga no trabalho. Nesse contexto, ainda que as entrevistadas trouxessem em seu discurso a existência de experiências positivas no trabalho, a inexistência e insuficiência de recursos que deem suporte ao trabalhador para execução do trabalho, expõe esse grupo de trabalhadoras a vivências de sofrimento, já havendo elementos em suas falas que apontam para o adoecimento. Deste modo, espera-se que esse estudo contribua para o campo da saúde mental no trabalho, bem como para o fortalecimento e reestruturação da Política de Acolhimento Institucional, tal como é efetivada no cotidiano das Unidades, oportunizando contribuições aos espaços de acolhimento institucional tanto para os trabalhadores, quanto para as crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Instituição de Acolhimento. Psicodinâmica do Trabalho. Política Pública. Saúde. Trabalho.

ABSTRACT

This research has as general objective to analyze the subject-work-health relations for workers of institutions for the care of children and adolescents. To this end, the adopted theoretical-methodological design is supported by principles of Psychodynamics of Work, which offers us important elements as it discusses the subjective aspects mobilized in the encounter of the subject with his work situation. Data collection took place through semi-structured individual interviews with 17 workers. The interviews were recorded and later assessed through the Core Analysis of Sense. Based on the results, the following considerations were evidenced: the effectiveness of the Policy, as it is operationalized in daily life, contradicts the norms recommended by the technical guidelines for the functioning of the reception service, with emphasis on the absence of prerequisites for contracting services. professionals and the inefficiency of qualifications and training. Associated with this transgression of the service's operating regulations, there is the context of the sexual division of labor and gender relations, elements that enhance work overload. In this context, even though the interviewees brought in their discourse the existence of positive experiences at work, the inexistence and insufficiency of resources that support the worker to perform the work, exposes this group of workers to experiences of suffering, with elements already present in their lives. speeches that point to illness. Thus, it is expected that this study will contribute to the field of mental health at work, as well as to the strengthening and restructuring of the Institutional Reception Policy, as it is carried out in the daily lives of the Units, providing opportunities for contributions to institutional reception spaces both for workers and children and adolescents.

Keywords: Host Institution. Psychodynamics of Work. Public policy. Health. Work.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
2	ARTIGO I - “Uma demanda que vai muito além das atribuições”: O Trabalho Real em Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes	13
3	ARTIGO II- “A gente sofre um pouquinho para não se envolver emocionalmente”: A Relação Sujeito - Trabalho em Instituições de Acolhimento.....	32
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
	REFERÊNCIAS.....	51
	APÊNDICE A- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	55
	APÊNDICE B- Termo de Autorização para Gravação de Voz.....	57
	APÊNDICE C- Formulário Sócio Demográfico.....	59
	APÊNDICE D- Roteiro de Entrevista Semiestruturada.....	60

1 INTRODUÇÃO

As questões que instigaram e provocaram essa dissertação partiram da minha trajetória acadêmica e da possibilidade de ampliar a visão sobre o contexto de trabalho e as experiências subjetivas dos profissionais que atuam em instituições de acolhimento. Durante meu percurso acadêmico, desenvolvi projetos de pesquisa e extensão em instituições de acolhimento no interior da Paraíba, no âmbito da Saúde, Educação e Políticas Públicas e essa prática me despertou para alguns impasses e complexidades presentes nesses serviços.

O cotidiano das instituições refletido através das cenas e histórias vividas e contadas sinalizava que a política pública, tal como era desenvolvida naqueles ambientes, colocava em cena um tom paradoxal que marcava a relação entre proteção e risco das duas realidades. De um lado as crianças e adolescentes acolhidos, e do outro lado o trabalhador.

A consideração dessa dimensão da prática envolve atentar para a mobilização subjetiva dos trabalhadores diante das situações complexas que se apresentam nesse ambiente laboral, que acolhe sujeitos marcados e atravessados por inúmeras tramas familiares de violação de direitos e que carregam em suas histórias ciclos transgeracionais de ruptura de vínculos, abandono, negligência e violência, precisando ser atendidos provisoriamente fora de seu núcleo familiar de origem (Brasil, 2009).

Assim, diante da complexidade desse fazer profissional, Giroto e Amador (2018) pontuam que nenhuma dimensão prescritiva seria capaz de antecipar a gestão dos afetos engendrados no trabalhador através das relações estabelecidas com os acolhidos e demais trabalhadores.

É nesse ponto que se localiza a escolha pelo Programa de Pós Graduação em Psicologia da saúde, em especial para a linha de estudo “Trabalho, Saúde e Subjetividade”, que compreende o trabalho enquanto elemento central para se pensar o processo saúde-adoecimento do sujeito e sua relação com o coletivo.

A evolução no modo de compreender a saúde e incorporação de aspectos psicológicos e sociais na determinação do processo saúde/doença, assim como o reconhecimento de comportamentos e estilos de vida como potencializadores nos contextos de saúde e doença, impulsionou o surgimento da Psicologia da Saúde na década de 1970 (Ribeiro, 2011). Tal como propõe Alves, Santos e Alves (2019) o objetivo da Psicologia da Saúde é “a saúde global das pessoas inseridas em seus coletivos sociais”, sugerindo, nesse sentido, um modelo

de atuação do Psicólogo mais voltado para a promoção e prevenção, possibilitando pensar a superação do paradigma clínico com destaque para os processos psicopatológicos.

Diante desse contexto, partindo da reflexão acerca da consideração dos contextos sociais e culturais nos quais os processos de saúde e doença ocorrem, destacaremos o trabalho, enquanto elemento essencial para se pensar o processo saúde-doença e sua relação com o coletivo. Nesse movimento, partindo do pressuposto de Dejours (2004) a centralidade do trabalho pode se configurar como elemento estruturante ou patológico para a subjetividade, ultrapassando os limites do ambiente laboral e o tempo cronológico que o sujeito destina a desempenhar tal função.

Tendo como foco de análise desse estudo o dinâmico presente na relação entre trabalho e subjetividade, optou-se por uma pesquisa fundamentada em alguns princípios da abordagem teórico-metodológica da Psicodinâmica do Trabalho – PDT, proposta por Christophe Dejours, visto a abertura dessa abordagem ao espaço da palavra enquanto possibilidade de elaboração e invenção do sujeito para lidar com as resistências postas pelo trabalho.

Estabelecemos como objetivo geral deste estudo: Analisar as relações sujeito-trabalho-saúde para trabalhadores de instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. Apresentamos como objetivos específicos: a) caracterizar o percurso profissional dos trabalhadores; b) indicar elementos da relação entre trabalho prescrito e trabalho real; c) analisar as implicações do trabalho para a saúde dos trabalhadores; d) analisar as vivências subjetivas de prazer e sofrimento no trabalho; e) Identificar as estratégias de mobilização da inteligência prática utilizadas por esses trabalhadores.

No que se refere à pesquisa bibliográfica, com o intuito de verificar na literatura nacional as produções relacionadas às vivências de trabalhadores em instituições de acolhimento para crianças e adolescentes, a fim de descrever e sintetizar as evidências apontadas pelos estudos, foi realizada uma consulta na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e indexados pelas bases de dados SciELO Brasil (Scientific Electronic Library Online) e PePSIC (Períodicos Eletrônicos em Psicologia), e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), contemplando as produções científicas publicadas entre os anos 2009 e 2019 anos em relação ao tema abordado. O critério de escolha destas fontes ocorreu por serem consideradas as mais abrangentes e por reunirem fontes consistentes de dados científicos.

Para a busca dos trabalhos, utilizaram-se os descritores considerados representativos à temática investigada, os quais foram empregados isoladamente e em associação, tais como: instituição de acolhimento, abrigo, criança e adolescente, trabalhadores, atividade de trabalho.

Após aplicar os critérios de exclusão, à saber: estudos que tratavam de temas que não se enquadravam na pesquisa, assim como os que o ano de publicação não estava dentro da margem escolhida e os que se repetiam nas bases de dados, alcançou-se o total de 12 trabalhos elegíveis para a análise, distribuídos entre artigos, teses e dissertações.

De forma geral, a maioria dos estudos excluídos estava direcionada à análise das práticas e dos impactos do acolhimento institucional na vida de crianças e adolescentes (Braga, & Dell'aglio, 2012; Guedes & Scarcelli, 2014; Lima, 2018) e sobre o processo de reinserção familiar, entre eles, citamos: Brito, Rosa e Trindade, 2014; Cardoso, 2019; Iannelli, Assis e Pinto, 2015; Monteiro, 2018.

Por outro lado, sobre o coletivo de trabalho, dados importantes foram encontrados sobre a análise da percepção acerca do trabalho (Magalhães, Costa & Cavalcante, 2011); qualidade de vida (Brito & Souza, 2011); aspectos da trajetória pessoal, profissional e institucional (Cavalcante & Corrêa, 2012); assim como investigações das mobilizações engendradas nos processos de trabalho em instituições de acolhimento (Avoglia, Silva & Mattos, 2012; Bassoli, 2017; Careta, 2011; Ferreira & Moreira, 2017; Giroto, 2015; Giroto & Amador, 2018; Lima, 2012; Menezes, 2018; Pereira, Pereira & Johnson, 2011).

Em relação às regiões brasileiras que se concentram os estudos, é possível verificar que muitos dos estudos foram realizados com trabalhadores de instituições de acolhimento localizadas na Região Sul do Brasil. Na região Nordeste não foi encontrado, para esse tipo de pesquisa, nenhuma publicação que tivesse como objeto de estudo a análise dessas categorias de trabalhadores.

Esse cenário é preocupante, visto a quantidade significativa de Unidades de acolhimento que a região Nordeste possui. Do total de 30 mil crianças e adolescentes que vivem em unidades de acolhimento distribuídas nos 27 Estados brasileiros, aproximadamente, 4.295 crianças e adolescentes encontram-se distribuídas nas 628 unidades de acolhimento institucional da Região Nordeste. Deste número, 270 estão acolhidas no Estado da Paraíba, espalhadas pelas 55 entidades de acolhimento que o Estado possui (CNJ, 2021).

No que se refere ao contexto do trabalho, os resultados nacionais do Censo SUAS-Sistema Único de Assistência Social de 2019 referentes às Unidades de Acolhimento para crianças e adolescentes, evidenciam um quantitativo de 40.291 trabalhadores atuantes nessas Unidades, desse universo, 6.220 são trabalhadores da região nordeste (Brasil, 2020).

Nesse contexto, a novidade no presente estudo está em propor uma pesquisa pensada em face da lacuna de estudos, principalmente na região Nordeste, que denote visibilidade as diversas categorias de trabalhadores que compõem as unidades de acolhimento para crianças e

adolescente e a implicação desta atividade na saúde do trabalhador. Esse diferencial aponta para o entendimento de que, a escolha em focalizar a atenção em determinada categoria profissional, também resulta em processos de invisibilidade com os demais trabalhadores que compõem o serviço, bem como, na invisibilidade da dimensão da cooperação que está no alicerce da atividade desses profissionais.

A relevância da investigação proposta também se justifica por dados governamentais, que demonstram a nível nacional a necessidade de valorização desses trabalhadores no cenário brasileiro, em virtude de serem ainda pouco valorizados financeira e tecnicamente pela sociedade, a despeito do seu papel fundamental para a promoção das mudanças sociais pretendidas pelo Sistema Único de Assistência Social (Assis. et.al, 2013).

É nesse contexto que se dá a escolha por ampliar os estudos com esses trabalhadores e analisar aquilo que circula e se repete em algumas instituições de acolhimento, mas que certamente não ocorre da mesma forma. Partindo desse pressuposto, esse estudo enfatiza que a melhoria da qualidade da assistência prestada, tal como preconiza as orientações técnicas previstas para o funcionamento do serviço de acolhimento institucional, só é possível na medida em que os trabalhadores responsáveis pelo cuidado direto, sejam reconhecidos e assistidos na redefinição e humanização das práticas em saúde, em especial daquelas pertinentes à Saúde do Trabalhador.

Esta dissertação está estruturada em dois artigos, sendo o primeiro artigo *“Uma demanda que vai muito além das atribuições”*: *O trabalho real em serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes*, apresentando uma análise da atividade de trabalho e suas relações entre trabalho prescrito e trabalho real, as estratégias de mobilização da inteligência prática utilizadas e a investigação das estratégias defensivas e de enfrentamento utilizadas por esses trabalhadores. O segundo artigo *“A gente sofre um pouquinho para não se envolver emocionalmente”*: *A relação sujeito- trabalho em Instituições de Acolhimento*, tem como foco de investigação a análise das vivências subjetivas de prazer e sofrimento e as implicações da atividade para a saúde das (os) trabalhadoras(es).

Por fim, as considerações finais apresentando as principais conclusões obtidas pela pesquisa, suas contribuições e limitações.

É com essa perspectiva, que acreditamos ser fundamental que as ações em saúde alcancem o trabalhador antes da intensificação do sofrimento e do estabelecimento de uma patologia, com a intenção de que o adoecimento não se configure como a única forma do trabalhador ser visto e assistido.

Assim considerado, salienta-se a relevância deste estudo na contribuição dos saberes que fundamentam a Psicologia da Saúde, as Políticas Públicas de Assistência social e as Políticas em Saúde do trabalhador.

2 ARTIGO I

“Uma demanda que vai muito além das atribuições”: O trabalho real em serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes.

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo analisar o trabalho real em serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, em Unidades localizadas no interior do Estado da Paraíba PB. Para tanto, a Psicodinâmica do Trabalho nos oferece elementos teóricos importantes na medida em que discute a dimensão do trabalho real e a mobilização dos sujeitos frente às insuficiências do prescrito e demandas que se apresentam. Assim, foram feitas entrevistas individuais com 17 trabalhadoras de serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes. As análises das entrevistas se deram a partir da Análise de Núcleo de Sentido. Como principais resultados, observou-se que a efetivação da Política, tal como é operacionalizada no cotidiano, contraria as normativas preconizadas pelas próprias orientações técnicas para o funcionamento do serviço de acolhimento, com destaque para a ausência de pré-requisitos para contratação de trabalhadores e ineficiência/ ausência de capacitações e treinamentos. Além desses aspectos, evidenciou-se que por se tratar de uma amostra feminina, a sobrecarga no trabalho remunerado associada a sobrecarga do trabalho doméstico são elementos que podem potencializar os processos de adoecimento. Assim considerado, tornar visível a experiência e fazer ecoar a voz dessas trabalhadoras é fundamental, diante da necessidade de efetivação de alguns processos e condições de trabalho já prescritos para o serviço, entendendo que as ações em saúde devem alcançar o sujeito trabalhador antes da intensificação do sofrimento e do estabelecimento de uma patologia.

Palavras-chave: Instituição de acolhimento. Psicodinâmica do Trabalho. Trabalho real.

Abstract: This research aims to analyze the real work in institutional care services for children and adolescents, in Units located in the interior of the State of Paraíba PB. To this end, Psychodynamics of Work offers us important theoretical elements as it discusses the dimension of real work and the mobilization of subjects in the face of the shortcomings of the prescribed and the demands that arise. Thus, individual interviews were conducted with 17 workers from institutional care services for children and adolescents. The analysis of the interviews took place from the Analysis of Core of Sense. As main results, it was observed that the effectiveness of the Policy, as it is operationalized in daily life, contradicts the norms recommended by the technical guidelines for the functioning of the reception service, with emphasis on the absence of prerequisites for hiring workers and inefficiency / lack of qualifications and training. In addition to these aspects, it was evident that because it is a female sample, the overload in paid work associated with the overload of domestic work are elements that can potentiate the processes of illness. Thus considered, making the experience visible and echoing the voice of these workers is essential, given the need to carry out some processes and work conditions already prescribed for the service, understanding that health actions must reach the worker subject before the intensification of suffering and the establishment of a pathology.

Keywords: Host institution. Psychodynamics of Work. Real work.

INTRODUÇÃO

O trabalho em Instituições de acolhimento no Brasil tem suas origens no atendimento a crianças e adolescentes em situação de abandono e remontam ao período colonial. Durante séculos, crianças e adolescentes foram tidos como objetos, sendo os modelos de assistência aos excluídos e abandonados baseados na caridade e no assistencialismo, com vista a uma missão moralizadora e eugênica. As primeiras medidas adotadas pelo poder público para minimizar a situação das crianças pobres eram medidas higienistas cujo objetivo era apenas retirar do meio social as crianças que circulavam pelas ruas que ameaçavam a paz social e traziam desconforto à população (Poletto, 2012).

É somente no século XX, que o Brasil propõe os primeiros documentos jurídicos e políticas institucionais, direcionadas à infância e juventude. Assim, o século XX representa um marco importante no tocante à legislação surgindo então três leis: o Código de Menores de 1927, o Código de Menores de 1979 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990. No entanto, é somente com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) através da Lei nº 8.069/90, que as crianças e adolescentes passaram a ser considerados sujeitos de direitos, tendo como base doutrinária o modelo de proteção integral.

A constituição Federal de 1988 também serviu de base para a criação da Lei Orgânica de Assistência Social nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização e estabelecimento de diretrizes de funcionamento das Políticas Públicas de Assistência Social (Lei n. 8.742, 1993).

Neste cenário, no ano de 2005, é regulamentado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), proposto como um modelo de gestão para unificar e operacionalizar as ações de assistência social, construído em consonância às diretrizes e princípios da Política Nacional de Assistência Social.

Assim, o acolhimento institucional caracteriza-se como uma medida de proteção social especial, destinado às crianças e adolescentes que se encontram em situação de desamparo, ameaça ou violação de direitos, necessitando provisoriamente serem atendidos fora de seu núcleo familiar de origem. É importante destacar que, o termo abrigo, utilizado inicialmente no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) foi substituído, por meio da Lei 12.010 de 3 de agosto de 2009, por acolhimento institucional (Lei n. 12.010, 2009). Uma modificação que aponta para a valorização da dimensão das relações estabelecidas entre os sujeitos nesses ambientes.

Diante desse panorama, quem é o trabalhador que atua nas instituições de acolhimento? Ao longo da história muitas foram as terminologias que tentaram nomear essa

atividade ocupacional: pajem, monitor, instrutor, educador/cuidador (Elage, Góes, , Fiks, , & Gentile, 2011). No tocante aos atributos desejáveis para a execução do trabalho em serviços de acolhimento institucional destacam-se:

Motivação para a função; aptidão para o cuidado com crianças e adolescentes; capacidade de lidar com frustração e separação; habilidade para trabalhar em grupo; disponibilidade afetiva; empatia; capacidade de mediação de conflitos; criatividade; flexibilidade; tolerância; pro-atividade; capacidade de escuta; estabilidade emocional, dentre outras (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente [CONANDA] & Conselho Nacional de Assistência Social [CNAS], 2009, p. 56).

Esse entendimento aponta para um fazer complexo que se constrói na relação com o outro, assumindo profissionalmente um lugar de referência afetiva para as crianças e adolescentes inseridas no serviço, o que exige forte mobilização subjetiva, na medida em que lida diretamente com as particularidades da experiência de cada criança e adolescente. É nesse sentido que “o trabalho de educar e cuidar implica, então, sempre um encontro singular do sujeito-trabalhador com o sujeito-destinatário, entre trabalhadores, entre outros acolhidos, bem como do trabalhador consigo” (Giroto & Amador, 2018, p. 11)

No que se refere à literatura nacional de produções relacionadas às vivências de trabalhadores em instituições de acolhimento para crianças e adolescentes e suas condições de trabalho, os estudos encontrados trazem dados importantes sobre a análise da percepção acerca do trabalho (Magalhães, Costa & Cavalcante, 2011); qualidade de vida (Brito & Souza, 2011); aspectos da trajetória pessoal, profissional e institucional (Cavalcante & Corrêa, 2012); assim como investigações das mobilizações engendradas nos processos de trabalho (Avoglia, Silva & Mattos, 2012; Bassoli, 2017; Careta, 2011; Ferreira & Moreira, 2017; Giroto, 2015; Giroto & Amador, 2018; Lima, 2012; Menezes, 2018; Pereira, Pereira & Johnson, 2011).

Em relação às regiões brasileiras que concentram os estudos, é possível verificar que a maior parte das pesquisas foram realizadas em Instituições de Acolhimento localizadas na Região Sul do Brasil.

Nesse sentido, para dar conta da complexidade que envolve essas relações sujeito – trabalho, em específico pra as trabalhadoras e trabalhadores de Instituições de Acolhimento, escolhemos a Psicodinâmica do Trabalho enquanto referência teórica central para a investigação proposta. Destacamos, assim, conceitos estruturantes dessa abordagem que nos deem suporte, sobretudo, no que diz respeito à análise do trabalho real.

Conforme Dejours (2011b) o trabalho opera em um campo de articulação mútua entre o sujeito (trabalhador), o real, o prescrito e o outro, destacando-se pela centralidade na vida do sujeito e sendo considerado um elemento fundamental para a realização pessoal no campo

social, deste modo “trabalhar não é somente produzir; é, também, transformar a si mesmo” (Dejours, 2004, p. 30).

Nesse sentido, Dejours (2017) enfatiza que o trabalho não pode ser considerado apenas um dissabor, origem de todas as afecções somáticas e mentais, considerando as evidências dos danos mentais do desemprego. Assim, para o autor, não se trata de fazer uma apologia segundo a qual trabalho seria saúde, mas compreender que a relação subjetiva com o trabalho desempenha papel importante, tanto na construção da saúde quanto nas descompensações.

Nesse ponto, é preciso introduzir a noção que a abordagem psicodinâmica se utiliza dos conceitos de trabalho prescrito e trabalho real, advindos da Ergonomia da Atividade. O trabalho prescrito é caracterizado como a tarefa previamente determinada e trabalho real, a atividade efetivamente executada (Daniellou, Laville & Teiger, 1989). O trabalho real pode ser compreendido como “aquilo que em uma tarefa não pode ser obtido pela execução rigorosa do prescrito” (Dejours, 1997, p. 43). Nesse sentido, trabalhar consiste, segundo o autor, na atividade coordenada por homens e mulheres para enfrentar aquilo que não pode ser obtido pela execução estrita da organização prescrita (Dejours, 2014, 2012).

Desse modo, a tentativa de seguir rigorosamente as prescrições nas situações de trabalho fracassa frente às contingências do real que se apresentam cotidianamente. A defasagem existente entre o trabalho prescrito e o trabalho real se deve ao fato das situações reais de trabalho serem dinâmicas, instáveis e sempre passíveis de imprevistos, o que irá exigir do trabalhador a invenção de estratégias para tornar possível a execução do trabalho.

Desta maneira, quanto maior o distanciamento entre o trabalho prescrito e o trabalho real, mais o trabalhador precisará lançar mão da inteligência prática na tentativa de dar conta da realização do trabalho e estabelecer estratégias de defesa para manutenção de sua saúde. Conforme Dejours (2011c) a inteligência prática é uma inteligência do corpo, sendo fundamentalmente movida pela astúcia, criatividade e subversão, operando em todas as atividades de trabalho. Assim, a inteligência prática diz respeito à esperteza e astúcia do trabalhador, frente às situações imprevistas de trabalho, envolvendo a invenção de procedimentos mais eficazes dos que os prescritos e que resultem em vivências de prazer e potencialize os processos de saúde.

Estabelecemos como objetivo deste artigo analisar o trabalho real em instituições de acolhimento para crianças e adolescentes. Nesse contexto, conforme Dejours (2011c) para compreender a parte enigmática do trabalho, que envolve a atividade de criação e de invenção, somente é possível na medida em que é ofertado o espaço de escuta aos

trabalhadores, para que esses possam ensinar aos pesquisadores como eles inventam, inovam e criam essa parte do trabalho real.

2 Método

2.1 Participantes

Participaram da pesquisa 17 trabalhadoras de Unidades de Acolhimento para crianças e adolescentes localizadas no interior do Estado da Paraíba. É importante destacar que, embora as Unidades de acolhimento do Município possuíssem trabalhadores do sexo feminino e masculino, apenas mulheres se disponibilizaram a participarem do estudo, nesse sentido, por ter uma amostra composta apenas por mulheres às palavras estarão sempre no feminino como referência ao grupo.

2.2 Instrumento

A coleta dos dados se deu através de um formulário de levantamento sócio demográfico, com o objetivo de caracterizar a amostra e levantar questões tais como: função exercida, vínculo empregatício, escolaridade, estado civil, tempo de profissão, idade, religião, filhos. Juntamente com o formulário, foi utilizado um roteiro de entrevistas individuais semiestruturadas, compostas por 15 perguntas norteadoras divididas em eixos temáticos, que nos deram suporte para a análise deste estudo, sobretudo no que diz respeito à análise da atividade de trabalho, e suas relações entre trabalho prescrito e trabalho real, as estratégias de mobilização da inteligência prática utilizadas e a investigação das estratégias defensivas e de enfrentamento utilizadas por esses trabalhadores.

Não foi possível a realização da pesquisa a partir da proposta metodológica coletiva do Dejours (2011a), tendo em vista o contexto de Pandemia ocasionado pelo coronavírus, que coincidiu com o período estabelecido no cronograma para a coleta de dados, ficando inviável a reunião desses profissionais coletivamente. No entanto, essa adaptação manteve a aposta na escuta e na oferta de um espaço para palavra, ferramentas essenciais para a pesquisa em Psicodinâmica do Trabalho.

2.3 Procedimento de coleta de dados

Inicialmente foi realizado o contato com os (as) coordenadores (as) das Instituições de Acolhimento, com o intuito de apresentar os objetivos da pesquisa, após esse momento, as coordenações repassaram para os trabalhadores as propostas da pesquisa. Para os trabalhadores que foram acessados via virtual, os contatos foram repassados através da

coordenação, em seguida, feito o contato e verificado que o participante estaria dentro dos critérios de inclusão do estudo, foi agendado um horário com o participante interessado para a realização da entrevista, via chamada telefônica. Para os trabalhadores acessados de forma presencial, as entrevistas foram realizadas nas próprias Unidades de acolhimento, seguindo os protocolos da Organização Mundial de Saúde para prevenção da covid-19, sendo executada em horários e dias disponibilizados pela coordenação. Assim, foram realizadas 07 entrevistas na modalidade presencial e 10 entrevistas a modalidade virtual.

Durante as entrevistas individuais foram utilizados gravadores de áudio com o consentimento do participante que assinou o TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE e o TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ – TAGV. Nos casos das entrevistas realizadas de forma virtual, o TCLE e o TAGA foram enviados via e-mail com a assinatura digitalizada do pesquisador, antes da realização das entrevistas. Cada entrevista durou aproximadamente 30min, e estas foram transcritas na íntegra após sua realização.

2.4 Análise dos dados

Embasados nos pressupostos da Psicodinâmica do Trabalho, esta pesquisa considera a fala como dado primordial para análise. Os resultados obtidos na pesquisa foram analisados a partir da técnica de Análise do Núcleo de Sentido (ANS), apresentada por Mendes (2007), cujo intuito consiste na fragmentação do texto em núcleos de sentido, formados a partir da investigação dos temas recorrentes do discurso, esses temas são agrupados pelo critério de semelhança de significado semântico, lógico e psicológico (Mendes, 2007).

3 Resultados e discussão

Os resultados da pesquisa estão organizados em núcleos de sentidos, e serão exemplificados a partir de fragmentos de falas das trabalhadoras entrevistadas. Para compreender o trabalho real faz-se necessário, inicialmente, caracterizar quem são essas trabalhadoras. O primeiro núcleo faz referência ao perfil profissional e trajetória de trabalho até a chegada à Instituição de Acolhimento. O segundo núcleo diz respeito às condições de trabalho, e por fim, o terceiro núcleo refere-se às mobilizações subjetivas frente ao trabalho real.

Primeiramente, faremos uma caracterização das participantes, como se pode observar a seguir.

Caracterização das participantes:

No que se refere às características sócio demográficas das trabalhadoras entrevistadas, observa-se que a média de idade foi de 39 anos. Quanto à situação conjugal, 8 participantes afirmaram serem solteira, 6 casadas e 3 divorciadas. Das entrevistadas, 10 afirmaram possuir filhos. Em relação à religião, 8 seguem a religião Católica, 4 a religião Evangélica e 1 a religião Espírita, 4 afirmaram não possuir religião. No tocante à escolaridade, 10 possuíam o Ensino Médio completo, seguido de 5 que possuíam o Ensino Superior e 2 o Ensino Fundamental. Quanto ao tempo de serviço na instituição, a média foi de 3 anos, em sua maioria com uma carga horária de trabalho baseada em esquemas de plantões de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso. Quanto ao tipo de vínculo empregatício, a totalidade da amostra é regida por contrato de trabalho temporário, destacando que 15 entrevistadas relataram não possuir outro vínculo empregatício.

Dado o atravessamento de gênero nos dados da pesquisa, faz-se necessário situar o conceito de divisão sexual de gênero, entendido como forma modulada histórica e socialmente de divisão do trabalho social, decorrente das relações sociais entre os sexos (Hirata & Kergoat, 2007). Nesse contexto, é válido ressaltar que o nosso artigo apresenta apontamentos que considera os processos de saúde e de adoecimento como resultantes também das relações sociais entre os sexos, todavia, não se detém a uma análise aprofundada sobre essa dimensão.

Os resultados nacionais do Censo SUAS- Sistema Único de Assistência Social de 2019 referentes às Unidades de Acolhimento para crianças e adolescentes, evidenciam um quantitativo de 40.291 trabalhadores atuantes nesses serviços, com predomínio do sexo feminino ($n=33.128$) comparado ao sexo masculino ($n=7.163$) (Brasil, 2020).

Diante dessa configuração, a autora Oliveira (2017) destaca que as atividades que possuem vinculação direta com o cuidado, são consideradas por grande parte da sociedade brasileira como atribuição do universo da mulher, tornando-se atividades que são extensões da rotina dos afazeres domésticos da esfera privada, reproduzindo assim, uma concepção naturalizada relacionada ao contexto do cuidado como espaço reservado às mulheres.

Em conformidade, os dados desse estudo demonstram que o trabalho remunerado de cuidado, mesmo sendo exercido por homens e mulheres, carrega a naturalização e associação de ser uma atividade essencialmente feminina. Nessa perspectiva, diante das discussões sobre divisão sexual do trabalho Schwarz e Thomé (2017) enfatizam que as práticas de homens e

mulheres são construções sociais que tem uma base material e ideológica e não se sustentam em causas biológicas.

Núcleo 1: “Eu não sabia nem que existia, eu queria saber como viviam essas crianças que o povo comentava, mas eu não sabia”.

No tocante ao perfil profissional e trajetória de trabalho, através das falas das entrevistadas pode-se perceber que não há um processo de seleção baseado nas características necessárias ao trabalhador(a) para atuar no serviço. A contratação é baseada em indicações políticas, o que resulta na contratação de profissionais sem experiência e preparação prévia, que desconhecem as atribuições e exigências funcionais para exercício da atividade de trabalho, tal como destacado nessas falas:

“Eu não sabia nem que existia, eu queria saber como viviam essas crianças que o povo comentava mas eu não sabia” (P6).

“Foi uma indicação, eu estava sem trabalhar” (P8).

“Quando eu vim foi uma coisa política, não tive preparação” (P2).

Uma entrevistada ainda ressalta: “Essa oportunidade apareceu, eu nunca tinha trabalhado com crianças assim, mas sou mãe de três filhas” (P9), ou seja, destaca o próprio processo de maternidade como preparação prévia para o exercício da profissão.

Além disso, uma parte das trabalhadoras relataram experiências anteriores desenvolvidas com crianças e adolescentes em igrejas e das dezessete entrevistadas apenas duas afirmaram que ingressaram no serviço possuindo experiência prévia no atendimento infanto-juvenil dentro das Políticas Públicas.

Diante desse contexto, a ausência de um perfil técnico e falta de formação profissional para exercer a função, principalmente por parte das educadoras, é destacado pela equipe técnica como dificuldade para efetivação do trabalho, tal como relata uma das técnicas: “As maiores dificuldades são em relação, muitas vezes à equipe, em relação às orientações, geralmente as pessoas chegam às unidades e o perfil fica um pouco a desejar” (P16).

A falta de preparação inclui a ausência de conhecimentos básicos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), tal como destaca essas entrevistadas: “Não, não tive a chance de ler não...a oportunidade.” (P3), “A gente tem uns livrinhos aqui na instituição. Porque assim eu não me interesse em ler, entendeu? Mas dentro aqui do armário tem” (P4), “Depois que eu entrei na Unidade eu aprendi muito, muita coisa que eu não sabia, fiquei sabendo dos direitos das crianças. Nunca li completo, só algumas partes” (P11).

Essa forma de funcionamento é contrária ao recomendado pelas normativas da NOB-RH/ SUAS, que dispõe da necessidade de identificar e selecionar de forma criteriosa aqueles que melhor atendam às requisições do SUAS em termos de conhecimentos, habilidades e atitudes para a gestão e operação dos serviços e benefícios (Ferreira, 2011).

Em contraponto a essas falas, as trabalhadoras que afirmaram possuir uma experiência prévia com crianças e adolescentes dentro das Políticas Públicas, trouxeram uma visão diferenciada em relação ao conhecimento do ECA, destacando a importância dos conhecimentos teóricos para o desenvolvimento efetivo do trabalho, tal como enfatiza: “Para trabalhar na unidade de acolhimento a gente tem que saber pelo menos os principais dos direitos e das garantias. Se eu não tiver um mínimo de entendimento eu não faço um bom trabalho. A gente tem que estar sempre se atualizando” (P14).

Compreendeu-se, a partir da fala das próprias entrevistadas, que a quantidade e o conteúdo das capacitações ofertadas pelos órgãos gestores da Prefeitura não são suficientes, nesse sentido os encontros mensais com a coordenação são percebidos pelas trabalhadoras como capacitações e formação profissional, tal como enfatizado nesta fala: “A gente tem uma capacitação em cada reunião que a gente faz. Ela (referindo-se a coordenação) passa bem direitinho que é para as coisas irem bem, não sair do controle e é melhor do que uma capacitação que é feita duas vezes ao ano” (P4).

Em relação à preparação para atuação nos serviços de acolhimento, de forma geral, os dados dos trabalhadores entrevistados no Levantamento Nacional (2013) relataram a escassez de iniciativas de capacitação, considerando que são poucas as oportunidades de encontro e que, quando existem, são de curta duração, tecendo críticas também à qualidade dos conteúdos trabalhados.

Essa ausência de capacitação faz com que certas práticas ou protocolos que deveriam compor uma preparação prévia à entrada dos profissionais no serviço acabam por serem aprendidos de forma mais demorada, via experiência própria, ou mais dura no cotidiano (Assis & Farias 2013). Essa realidade de demanda por qualificação parece se repetir em algumas instituições de acolhimento nas diferentes regiões brasileiras (Cavalcante & Corrêa, 2012; Giroto & Amador, 2018; Lima, 2012; Menezes, 2018; Pereira, Pereira, & Johnson, 2011).

Nesse sentido, as Orientações Técnicas aos Serviços de Acolhimento (CONANDA & CNAS, 2009) apontam para a dificuldade de modificação da concepção de que possuir um “bom coração” é requisito suficiente para atuar nesses serviços. Assim, tais diretrizes afirmam que o investimento na capacitação é fundamental para a qualidade do atendimento “visto se

tratar de uma tarefa complexa, que exige não apenas ‘espírito de solidariedade’, ‘afeto’ e ‘boa vontade’, mas uma equipe com conhecimento técnico adequado” (CONANDA & CNAS, 2009, p.63).

Esse reconhecimento impõe a necessidade de seleção, capacitação e acompanhamento de todos aqueles responsáveis pelo cuidado direto e cotidiano das crianças e adolescentes acolhidos (CONANDA & CNAS, 2009).

Em pesquisa realizada por Bassoli (2017) realidade semelhante aos desse estudo foi encontrada, visto que das nove entrevistadas, apenas duas relataram que adentraram ao serviço gozando de experiência prévia no atendimento infanto-juvenil, situação que também denuncia o não cumprimento de um processo de seleção determinado pelas normativas. Dados estes que revelam que a política tal como é desenvolvida pelo Estado vai na contramão das próprias normativas estabelecidas para funcionamento do serviço.

Núcleo 2: “Esse ano é de eleição, isso gera uma angústia até nas meninas acolhidas, porque a gente só tem três efetivos de trinta e três funcionários, então é uma mudança geral”.

Em relação às condições de trabalho e o tipo de vínculo empregatício, todas as participantes do estudo são contratadas pela Prefeitura, forma de contrato de trabalho que não oferece segurança nem estabilidade, exemplificado na fala a seguir: “A questão de ser contrato é bom porque você de toda forma tá trabalhando, mas que não é nada certo” (P8), de acordo com o relato das entrevistadas esse medo repercute em todos os trabalhadores da instituição, bem como nas crianças e adolescentes acolhidos, visto que a rotatividade dos trabalhadores atualiza as situações de abandono vivenciadas pelas crianças e adolescentes da instituição e conseqüentemente interfere negativamente na continuidade do trabalho.

Sentimentos semelhantes a estes também foram descritos no estudo de Menezes (2018), destacando que as formas de contratação que não oferecem estabilidade e benefícios geram um sentimento de medo e de constante tensão aos trabalhadores.

Quanto ao processo de trabalho, as participantes relatam a sobrecarga vivenciada, tal como enfatizado:

“Aqui é meio carregado, agora não porque só tem quatro meninas, mas teve tempo de ter vinte e oito, cada uma com problemas maiores do que outros e a gente precisa lidar e ainda lidar com a colega, troca de plantão, essas coisas, a gente tem que ter uma cabeça muito boa” (P2).

Esta fala nos apresenta um contexto de trabalho complexo e repleto de variabilidades e demandas. Dejours (2012) discute sobre o quanto o trabalho real demanda de mobilização por

parte dos trabalhadores, como se o sujeito confrontado à organização do trabalho não pudesse escapar a essa sua mobilização, tampouco evitar acionar os recursos da inteligência prática.

Outro fator destacado como potencializador de sobrecarga foi o atual contexto de Pandemia: “Veio muita demanda não só da unidade, mas pessoais de funcionários, de tudo, do temor de ser contaminado pelo vírus e acho que isso causou e ainda causa sofrimento. Depois de março toda a equipe se sentiu sobrecarregada” (P14).

Considerando também que todas as participantes do estudo foram mulheres, a sobrecarga está associada também à jornada dupla que essas mulheres enfrentam, exemplificada na seguinte fala: “Eu acho 12h uma carga de trabalho puxada, mesmo que você tenha seu descanso, é puxado. Porque independente daqui a gente ainda tem uma casa, uma família, quando a gente vem descansar já é hora de acordar para vir trabalhar” (P4).

Deste modo, incorporar a divisão sexual do trabalho e as relações de gênero nas análises que enfocam saúde e trabalho, torna-se fundamental para trazer à tona problemas coletivos que permanecem ocultos quando as diferenças são negadas (Brito, 2000). Considerando todas as mudanças propostas pelos movimentos políticos, no tocante à divisão sexual, as autoras Duarte e Spinelli (2019) destacam que a entrada da mulher no mundo do trabalho não foi suficiente para deslocá-la de seu confinamento “natural” doméstico, ou seja, mesmo ingressando no plano público do mundo do trabalho, a mulher manteve a situação de “identificação” e sua relação de pertencimento naturalizada com o trabalho doméstico.

Nesse contexto, Brito (2000) enfatiza em seu estudo que, a jornada ilimitada que engloba a sobrecarga no trabalho doméstico e uma sobrecarga no trabalho remunerado, pode contribuir para a deterioração progressiva da saúde dessas mulheres, que se manifesta em desprazer e em patologias.

Outro aspecto mencionado trata das questões de baixo salário, tal como desabafam essas profissionais:

“Pelo o que a gente vive aqui com elas era pra era para o financeiro ser bem melhor para a gente ter mais prazer em criar alguma coisa para elas” (P2).

“A experiência que a gente tem aqui não tem dinheiro que pague, mas assim se você for olhar pela questão do seu trabalho, da sua demanda, do valor que tem aquele trabalho, não vale” (P16).

Em relação às condições físicas e materiais para o funcionamento das Unidades, observou-se que as trabalhadoras acabam por ter que improvisar o seu trabalho dentro das possibilidades ofertadas pelo serviço, como destacado através dessas falas:

“Quando eu preciso fazer uma escuta tenho que tirar todo mundo da sala, ou então pego a sala do enfermeiro, falta um local mais específico para as escutas que eu acho importante que tenha um sigilo maior” (P14).

“A gente já passou períodos terríveis, da gente fazer cotinha, quando é mudança de governo, a gente se reunia e trazia, mas de uns dois, três anos para cá de tudo tem e não falta” (P2).

Realidade semelhante foi encontrada no estudo produzido por Bassoli (2017), visto que as médias de maior pontuação alcançada para o fator “condições de trabalho” foram: “Os instrumentos de trabalho são insuficientes para realizar as tarefas” e “O material de consumo é insuficiente”.

Núcleo 3: “ É como se ninguém conseguisse colocar no papel o que é uma casa de acolhimento, é uma realidade tão real que não tem como descrever”.

No que se refere à mobilização subjetiva frente ao trabalho real, desencadeada através do engajamento da subjetividade do trabalhador durante a atividade de trabalho, as participantes de modo geral destacaram o caráter complexo e imprevisível do trabalho nas Unidades de Acolhimento, o que requer uma inventividade do trabalhador na tentativa de dar conta da demanda, tal como aparece nas falas: “Cada dia é um dia diferente, tem que ter muita paciência e ter um jogo de cintura (P 14); “A gente lida com uma demanda que vai muito além das atribuições, do papel que o estatuto da unidade fala, vai muito além mesmo” (P1).

Conforme Dejours (2004) diante da impossibilidade do trabalho prescrito garantir a qualidade e efetividade do serviço, o caminho a ser percorrido, pelo trabalhador, diante da lacuna entre o prescrito e o real, deve ser inventado a cada momento, dinâmica essa exemplificada através do “jogo de cintura” descrito pelas entrevistadas. É nessa perspectiva que, para a psicodinâmica do trabalho, a constituição da subjetividade é resultante do encontro com o real do trabalho.

Ainda nesta perspectiva, Dejours (2011a) enfatiza que o que está prescrito nunca será suficiente, assim, o ajuste da organização prescrita do trabalho exige formas de inteligência próximas daquilo que o senso comum denomina de engenhosidade, que pode ser exemplificado através de uma das falas: “Os macetes eu acho que a gente sempre tem, a gente não tem aquele específico, sempre tem aquela demanda que a gente não sabe o que fazer. A receita não tem, é quase como criar um filho, não vem com o manual” (P1).

Para Dejours (2011c) é o trabalho que produz a inteligência e não o seu inverso, uma vez que, no exercício da inteligência prática a astúcia, bricolagem e o improvisado são antecedentes ao saber, tal como destaca uma entrevistada:

“Porque eu aprendi muito mais aqui do que em casa, porque do jeito que eu falo com as meninas aqui eu mudei como eu falo com as meninas em casa, eu gritava, porque em casa é em casa. Eu aprendi a falar com elas num tom que elas façam” (P4).

A inteligência no trabalho é essencialmente a inteligência do corpo, depositada no corpo, e a esse corpo dá-se o nome de erógeno, assim, a familiaridade com o objeto de trabalho só se efetiva na medida em que o sujeito permite ser habitado pelo trabalhar, tal como enfatizado: “Não é um trabalho fácil, principalmente por que você tem que se colocar no lugar delas pra você entender um pouco do que é você está dentro de uma unidade” (P16).

Sobre a rotina de trabalho, as atividades diárias descritas foram: organização do quarto, servir café da manhã, acompanhar para atendimento médico, auxiliar na higienização, na medicação, nas atividades escolares, acompanhar durante o dia e a noite nas brincadeiras e atividades de lazer. A execução dessas atividades é marcada pela rigidez de horários e através do olhar vigilante direcionado às crianças e adolescentes, exemplificado na fala de uma entrevistada “ não pode deixar elas só, pra brincar, assistir uma televisão, por que é uma liberdade vigiada” (P2).

As falas das entrevistadas também revelam um saber- fazer ancorado na construção do próprio processo de maternidade, ou seja, acolhem as crianças e adolescentes institucionalizados a partir do lugar de filho, como demonstram as falas a seguir:

“Praticamente uma mãe substituta por um tempo indeterminado” (P5).

“A gente tem lá como se fosse uma família” (P8).

“O serviço de acolhimento termina sendo como quase que uma extensão dos seus filhos, porque como eles não tem uma referência de pai e de mãe, a gente não permite necessariamente essa nomenclatura ou esse vínculo exagerado, mas aqui é uma vivência deles, então é muito diferente de outros espaços que as crianças frequentam e vão embora, elas ficam aqui (P1).

Em uma das falas, uma entrevistada demonstra que não só o fato de ser mãe auxilia na elaboração de estratégias para fazer com que o trabalho funcione, mas o próprio trabalho com as crianças e adolescentes em acolhimento funcionou como um ensinamento para o seu processo maternidade, tal como destaca: “A minha técnica foi na verdade aprendendo aos poucos, porque eu não sou mãe, mas eu aprendi sobre lidar e hoje eu vejo que eu seria uma mãezona” (P13).

Nesse contexto, a atividade de trabalho dessas mulheres é atravessada pela a função materna, através dos dados do seu estudo com cuidadoras sociais, Oliveira (2017) destaca que a profissão de cuidadora social está imersa entre a díade mãe-filho e cuidadora-sujeito.

Diante da complexidade desse fazer profissional e do custo emocional decorrentes das situações de violência e abandono que atravessam as histórias de vida das crianças e adolescentes, as trabalhadoras adotam estratégias de defesa que perpassam a utilização da religião, a fala de uma trabalhadora exemplifica o manejo dessa estratégia: “De vez em quando chega um e diz tia arrume um pai e uma mãe pra mim. Eu digo vamos orar pedir a deus pra mandar um pai e uma mãe pra você. A gente tenta tirar elas do foco” (P10).

Como demonstrado através da fala, a ausente ou insuficiente formação teórico-técnica para atuação no serviço, conduz as trabalhadoras a se ancorarem em sua própria experiência de vida para desenvolver o trabalho, seja de maternidade ou das ações desenvolvidas dentro de igrejas, práticas estas que reatualizam modelos assistencialistas e revelam resquícios de uma ação caritativa- assistencial.

O uso da religião é uma estratégia que também aparece no estudo de Menezes (2018) no manejo das relações estabelecidas com as crianças e adolescentes, tal como destaca um trabalhador: “Eu sempre tento conversar com eles né, levo mais pra parte espiritual, trago a reflexão de Deus, de Jesus na vida deles e coisas assim. Eles até ouvem, sentam, escutam mas assim, só nesse momento (...)” (p.59).

Outra estratégia defensiva pontuada diante das dificuldades de trabalho se refere à negação do sofrimento “Você se pega em algumas situações em que a criança chega perto e você tem que ser forte, não se demonstrar tão frágil” (P15), “A gente tem que entender que não adianta se abalar, tem que tá pronto, firme, para suprir a necessidade deles” (P8).

Assim considerado, o sofrimento estará sempre mediado, seja pela mobilização subjetiva, seja pelas defesas, configurando-se como um importante elemento na mobilização do poder de engenhosidade da inteligência (Mendes & Vieira, 2014).

Conforme Dejours (2004, 2012) o sofrimento pode funcionar para implicar o sujeito na busca de inventar e elaborar saídas possíveis para lidar com as resistências postas pelo real do trabalho, sendo o sofrimento um fator que pode mobilizar e impulsionar o trabalhador. É nesse contexto que o sofrimento não se caracteriza como uma consequência do encontro com o real, e sim como uma proteção da subjetividade em busca de meios de transformar esse sofrimento para a superação da resistência do real.

No entanto, para que seja possível a transformação do sofrimento em criatividade, no ambiente de trabalho, faz-se necessário que o sujeito-trabalhador disponha de recursos mínimos e isso inclui tudo o que concerne ao trabalho, às condições e organização do trabalho.

Assim, o que as falas das entrevistas demonstram é que o fato dessas condições não serem acessadas pelas trabalhadoras, as estratégias defensivas de negação do sofrimento surgem como saída diante do real do trabalho, o que conduz para o caminho do sofrimento.

Ao falar sobre as estratégias defensivas, Dejours (2011b, p. 440) enfatiza que “há situações em que o risco, o sacrifício, a insatisfação e o aborrecimento no trabalho, só são suportados se não forem relatados, falados, admitidos e quando se adotam comportamentos individuais e coletivos que preservam esse não dito”. Nesse contexto, uma das entrevistadas destaca: “Lá eu não posso tentar deixar transparecer, até porque as crianças não entendem tanto as emoções, então eu não demonstro nada lá não, eu guardo e chego em casa e fico pensando sobre, procuro ajuda também” (P5).

Considerando que o trabalhar pressupõe uma vivência coletiva, Dejours (2011d), destaca que a proteção da saúde mental não depende apenas de estratégias de cada sujeito, sendo fundamental as estratégias construídas no coletivo, uma vez que, a erosão das estratégias de defesas coletivas constituem-se perdas significativas de recursos para a saúde.

Corroborando esse entendimento, Martins e Mendes (2012) ressaltam que os coletivos de trabalho constituem espaços de resistência para o sujeito que permitem ao sofrimento destinos menos patológicos, assim, “a cooperação e a solidariedade cria certa imunidade, facilmente corroída pela perversão da organização do trabalho, quando encontra este sujeito sozinho, vulnerável, distante do coletivo e da possibilidade do espaço fala-escuta” (p. 176).

4 Considerações finais

Através dos dados, pode-se observar transgressões das normativas de funcionamento do serviço, no que tange ao não cumprimento das prescrições previstas nas orientações técnicas, para funcionamento do serviço, sobre os pré-requisitos para contratação de profissional qualificado e com perfil adequado, a ineficiência de capacitações e treinamentos. Esses elementos sinalizam que o Estado contraria suas próprias normativas e orientações técnicas estabelecidas para funcionamento das Unidades de Acolhimento.

Associado a essa transgressão das normativas, tem-se o contexto da divisão sexual do trabalho e relações de gênero, ancorado na construção histórica do cuidado como algo naturalizado para a mulher, assim, essas trabalhadoras percebem-se sobrecarregadas pelas exigências do trabalho, articuladas ao manejo emocional diante do desejo de suprir, do lugar de mãe, as demandas daquelas crianças e adolescentes que trazem em sua história violações, abandono e negligência, fatores esses que repercutem diretamente no processo de saúde-doecimento dessas trabalhadoras.

Essa conjuntura desvela o cenário de atuação dos trabalhadores de instituições de acolhimento e possibilita algumas análises acerca das mobilizações subjetivas e implicações desse exercício laboral na vida dos sujeitos envolvidos. Consideramos ser fundamental o saber prático adquirido durante as vivências, conhecimento este que nenhuma dimensão prescritiva seria capaz de antecipar, todavia, é emergente o reconhecimento do saber técnico – científico oportunizado através das capacitações e formações profissionais.

Nesse sentido, as complexas relações estabelecidas diante do contexto social – jurídico e político no qual se insere o acolhimento institucional, favorecem a reprodução daquilo que o próprio serviço tenta reparar: invisibilidade, vulnerabilidade e risco. Assim considerado, tornar visível a experiência e fazer ecoar a voz desses trabalhadores é fundamental, diante da necessidade de efetivação de alguns processos e condições de trabalho já prescritos para o serviço, entendendo que as ações em saúde devem alcançar o trabalhador antes da intensificação do sofrimento e do estabelecimento de uma patologia.

5 Referências

- Assis, S. G. , & Farias, L. O. P. (Orgs). (2013). *Levantamento nacional de crianças e adolescentes em acolhimento institucional e Familiar*. São Paulo: Hucitec.
- Avoglia, Hilda, Silva, Andreia, & Mattos, Pammela. Educador social: Imagem e relações com crianças em situação de acolhimento institucional. *Rev. Mal-Estar Subj* [online]. 2012, vol.12, n.1-2, pp. 265-292. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482012000100010&lng=pt&tlng=pt.
- Bassoli, E. (2017). *Vivências de prazer e sofrimento no trabalho do educador social de Casas de Acolhimento*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: Corumbá. Recuperado de <https://ppgecpn.ufms.br/files/2017/04/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Vers%C3%A3o-Final-1.pdf>.
- Brito, J. (2000). Enfoque de gênero e relação saúde/trabalho no contexto de reestruturação produtiva e precarização do trabalho. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 16(1):195-204, jan-mar. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2000000100020>.
- Brito, C., & Souza, J. (2011). Qualidade de vida dos educadores sociais em abrigos de proteção a crianças e adolescentes. *Psicologia: teoria e prática*, 13(1), 89-100. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872011000100007&lng=pt&tlng=pt.
- Careta, D. (2011) *Quando o ambiente é o abrigo: Cuidando das cuidadoras de crianças em acolhimento institucional*. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo: São Paulo. Recuperado de

https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-14062011-161730/publico/careta_do.pdf.

- Cavalcante, L.I.C. & Corrêa, L.S. (2012). Perfil e trajetória de educadores em instituição de acolhimento infantil. *Cadernos de Pesquisa*, 42(146), 494-517. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742012000200010>
- Brasil. (2020). *Censo SUAS 2019: Resultados nacionais unidades de acolhimento*. Brasília, Coordenação-Geral de Planejamento e Vigilância Socioassistencial. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério da Cidadania. Brasília, DF.
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) (Coord.) 2009. *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*. Brasília, DF: CNAS.
- Daniellou, F., Laville, A., & Teiger, C. (1989). Ficção e realidade do trabalho operário. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 17(68), 7-13. Recuperado de https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/989547/mod_resource/content/1/Ficcao%20e%20realidade%20do%20trabalho%20operario%20-%20Daniellou%20C%20Laville%20e%20Teiger%201989.pdf.
- Dejours, C.(1997). *O fator humano*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Dejours, C. (2004). *Subjetividade, trabalho e ação*. Revista Produção; 14(3): 27-34.
- Dejours, C. (2011a). Addendum. In Lancman, S. & Sznelwar, L.I (Orgs). *Cristophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. (pp . 57-123). 3ªEd. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C. (2011b) Entre sofrimento e reapropriação: O sentido do trabalho. In S. Lancman & L.I. Sznelwar (Orgs). *Cristophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. (pp. 433-448). 3ªEd. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C. (2011c). Inteligência prática e sabedoria prática: Duas dimensões desconhecidas do trabalho real. In Lancman, S. & Sznelwar, L.I (Orgs). *Cristophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. (pp . 381-407). 3ªEd. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C. (2011d). Prefácio . In Lancman, S. & Sznelwar, L.I (Orgs). *Cristophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. (pp . 23-54). 3ªEd. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C. (2012), *Trabalho vivo*. Brasília, Paralelo 15, v. 2.
- Dejours, C. (2017). *Psicodinâmica do trabalho: Casos clínicos*. Porto alegre: Dublinense.
- Duarte, G., & Spinelli, L. (2019). Estereótipos de gênero, divisão sexual do trabalho e dupla jornada. *Revista Sociais e Humanas*, 32(2). <https://doi.org/10.5902/2317175836316>
- Elage, B., Góes, M., Fiks, M., & Gentile, R. (2011). *Formação de profissionais em serviços de acolhimento*. 2ª ed. São Paulo: Instituto Fazendo História.

- Ferreira, J.A., & Moreira, M. I.C. (2017). O acolhimento institucional na perspectiva dos trabalhadores dos serviços de proteção: Múltiplos sentidos. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 256-273. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2017v23n1p256-273>.
- Ferreira, S. S. (2011). *NOB-RH/SUAS: anotada e comentada*. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social.
- Giroto, W. M. (2015). *Ofício de educar em abrigo institucional: Diálogos com trabalhadores-educadores*. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre, BR-RS. Recuperado de <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/141504/000993065.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- Giroto, W. M., Amador; F. S. (2018). Cartografando a atividade do educador de um abrigo institucional. *Pesquisas e Práticas Psicossociais* 13(1), São João del Rei. Recuperado de http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/2857.
- Hirata, H. (2020). Comparando relações de cuidado: Brasil, França, Japão. *Estudos Avançados*, 34(98), 25-40. Epub. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.003>
- Hirata, H, & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 595-609. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>.
- Lei nº 8.742.(1993). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF.
- Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009 (2009). Dispõe sobre adoção. Brasília, DF.
- Lima, S. (2011). *Coletivo de trabalho e reconhecimento: Uma análise psicodinâmica dos cuidadores sociais*. Tese Doutorado. Universidade de Brasília: Brasília. Recuperado de https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10103/1/2011_SuzanaCanezCruzLima.pdf.
- Magalhães, C.M.C, Costa, L.N , & Cavalcante, L.I.C. (2011). Percepção de educadores de abrigo: o seu trabalho e a criança institucionalizada. *Journal of Human Growth and Development*, 21(3), 818-831. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822011000300008&lng=pt&tlng=pt
- Martins, S. R., & Mendes, A. M. (2012). Espaço coletivo de discussão: A clínica psicodinâmica do trabalho como ação de resistência. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 12(2), 171-183. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572012000200004&lng=pt&tlng=pt.
- Mendes, A. M. (2007). *Psicodinâmica do trabalho: Teoria, métodos e pesquisas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Mendes, A. M., & Vieira, F. O. (2014). Diálogos entre a psicodinâmica e clínica do trabalho e estudos sobre coletivos de trabalho e práticas organizacionais. *Rev. De Estudos*

Organizacionais e Sociedade, 1, 144-189. Recuperado de <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/farol/article/view/2608>.

Menezes, T. (2018). *Vivências subjetivas no trabalho de cuidadores sociais na cidade de Manaus-AM*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Amazonas: Manaus. Recuperado de <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/6451/5/Disserta%20a7%20a3o%20Tamara%20Menezes>.

Montmollin, M. (1990). *A ergonomia*. Lisboa: Instituto Piaget.

Oliveira, G. (2017). *Do lar doméstico ao lar institucional: A percepção sobre o trabalho na ótica das cuidadoras sociais de casas e lares de Curitiba e região metropolitana*. Dissertação de mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Recuperado de http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2580/1/CT_PPGTE_D_Oliveira%2C%20Glacielli%20Thaiz%20Souza%20de_2017.pdf.

Pereira, A. L., Pereira, F., Johnson, G.A. (2011). Os desafios cotidianos dos trabalhadores em um abrigo para crianças e adolescentes. *Emancipação*, Ponta Grossa, 11(2): 189-201. Recuperado de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4198313>.

Poletto, L. B. (2012). A (des)qualificação da infância: A história do Brasil na assistência dos jovens. Seminário de Pesquisa da Região Sul. In: *Resumos de comunicações científicas*, IX ANPED SUL. Caxias do Sul.

Schwarz, R.G., & Thomé, C. F. (2017). Divisão sexual do trabalho e impactos na saúde das trabalhadoras: Adoecimento por Ler/Dort. *R. Direitos, trabalho e política social*, Cuiabá, V. 3, n. 5, p. 123-149, Jul./dez. Recuperado de <http://revista91.hospedagemdesites.ws/index.php/rdtps/article/view/19>.

3 ARTIGO II “A gente sofre um pouquinho para não se envolver emocionalmente”: A relação sujeito- trabalho em Instituições de Acolhimento.

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar as vivências subjetivas de prazer e sofrimento de trabalhadores em serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, em Unidades localizadas no interior do Estado da Paraíba-PB. Nesse contexto, a Psicodinâmica do Trabalho nos oferece elementos teóricos importantes diante das mobilizações que envolvem as complexidades sujeito- trabalho, sobretudo na compreensão de que a relação com o trabalho nunca é neutra no que se refere à saúde mental, podendo ser causa de prazer ou sofrimento. Para tanto, foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas com 17 trabalhadoras, os dados foram analisados por meio da Análise de Núcleo de Sentido. Como principais resultados, constatou-se que embora as entrevistadas trouxessem em seu discurso a existência de experiências positivas no trabalho, a inexistência e insuficiência de recursos de formação profissional que deem suporte ao trabalhador para execução do trabalho, expõe esse grupo de trabalhadoras a vivências de sofrimento, já havendo fortes indícios da deterioração progressiva da saúde das trabalhadoras entrevistadas. Frente aos resultados, é essencial pensar em um lugar de acolhimento que envolva tanto as crianças e adolescentes como os trabalhadores, enfatizando que a efetivação da Política, tal como preconizada pelas orientações técnicas para o funcionamento do serviço de acolhimento, só é possível na medida em que os trabalhadores responsáveis pelo cuidado direto, sejam reconhecidos e assistidos na redefinição e humanização das práticas em saúde, em especial daquelas pertinentes à Saúde do Trabalhador.

Palavras-chave: Instituição de acolhimento. Psicodinâmica do Trabalho. Prazer. Sofrimento.

Abstract: This research aims to analyze the subjective experiences of pleasure and suffering of workers in institutional care services for children and adolescents, in Units located in the interior of the State of Paraíba-PB. In this context, Psychodynamics of Work offers us important theoretical elements in view of the mobilizations that involve the subject-work complexities, especially in the understanding that the relationship with work is never neutral with regard to mental health, and can be a cause of pleasure or Suffering. For that, semi-structured individual interviews were carried out with 17 workers, the data were analyzed through the Analysis of Nucleus of Sense. As main results, it was found that although the interviewees brought in their discourse the existence of positive experiences at work, the inexistence and insufficiency of professional training resources that support the worker to perform the work, exposes this group of workers to experiences of suffering, with strong signs of progressive deterioration in the health of the interviewed workers. In view of the results, it is essential to think of a welcoming place that involves both children and adolescents and workers, emphasizing that the implementation of the Policy, as recommended by the technical guidelines for the functioning of the reception service, is only possible to the extent that workers responsible for direct care are recognized and assisted in the redefinition and humanization of health practices, especially those relevant to Occupational Health.

Keywords: Host institution. Psychodynamics of Work. Pleasure. Suffering.

1 Introdução

Tendo como foco de análise a mobilização subjetiva presente na relação entre trabalho e subjetividade, optou-se por uma pesquisa respaldada em alguns princípios da abordagem teórico-metodológica da Psicodinâmica do Trabalho – PDT, destacando alguns conceitos estruturantes dessa abordagem que nos deem suporte, sobretudo, no que diz respeito à análise das vivências de prazer e de sofrimento no trabalho.

Com o intuito de propor uma perspectiva mais ampla para responder as questões referentes à análise da relação subjetiva dos homens e das mulheres em suas situações de trabalho, Dejours constatou que apesar da existência efetiva de sofrimento, grande parte dos trabalhadores desenvolviam estratégias defensivas individuais e coletivas e mantinham-se em um enigmático estado de normalidade, conseguindo “esconjuram a loucura, em detrimento dos constrangimentos deletérios da organização do trabalho” (Dejours, 2011a).

Em se tratando do conceito de normalidade, Dejours enfatiza:

“A normalidade não é concebida como simples ausência de doença, mas como o resultado, sempre precário, de estratégias defensivas elaboradas para resistir ao que, no trabalho, é desestabilizador, ou mesmo deletério, para as funções psíquicas e para a saúde mental, tornando essa normalidade em si enigmática” (Dejours, 2011c, p. 225).

É através da noção de saúde, desvinculada da condição de adaptação à realidade e atrelada à noção de criatividade sobre o meio, que se permitem avançar nas discussões que trazem para cena o exercício do trabalho como fator potencializador de saúde, em detrimento de sua associação negativa com a saúde, como se trabalho estivesse ligado apenas ao sofrimento. É seguindo de perto essa ideia que Dejours (2017) pontua que o trabalho não pode ser considerado apenas um dissabor e “se o trabalho pode ser perigoso, se pode ser causa de sofrimento, é preciso também compreender que o não- trabalho é igualmente perigoso” (Dejours, 1986, p. 10).

Nesse contexto, Dejours (1986) pensa a saúde como “um assunto ligado às próprias pessoas” (p.8), o que diz da impossibilidade de padronizar o conceito, ou determinar externamente ao sujeito o seu estado de bem estar, dada a inclusão da subjetividade no modo como o sujeito avalia as suas vivências. Assim, a saúde e o bem estar devem ser pensados a partir da análise e da verdade de cada sujeito. No que concerne às questões do trabalho, esse processo deve levar em consideração o trabalhador como sujeito ativo do processo saúde-doença e não como mero receptor de ações de saúde. Escutar o trabalhador em seu contexto laboral deve partir do pressuposto que, para compreender a relação entre trabalho- saúde-

doença, é necessário basear-se na vivência do sujeito, é nesse sentido que Dejours (1987) afirma que “o operário é efetivamente o mais indicado para saber o que é compatível com a sua saúde” (p.42).

Ao pensar o trabalho a partir dos modos de subjetivação, considera-se que a compreensão da história de vida do trabalhador é fundamental na compreensão do processo de saúde/doença, isso porque a causa que potencializa os processos de saúde e adoecimento é bastante singular. Nesse contexto, as autoras Martins e Mendes (2012) ressaltam que um dos grandes desafios enfrentados nos estudos sobre o mundo do trabalho é assegurar na pluralidade a singularidade.

Esse entendimento está relacionado a uma visão de saúde no trabalho centrada na interpretação multicausal dos fenômenos relacionados à saúde/doença. Enfatizando a complexidade dessa visão, Mendes ressaltava:

“Não é a simples existência do prazer ou do sofrimento os definidores da saúde, mas o uso bem-sucedido das estratégias de mediação, utilizadas pelos trabalhadores, construídas com base nas oportunidades oferecidas pela organização do trabalho, para suportar e/ou ressignificar o sofrimento e transformá-lo em prazer” (Mendes, 2007, p.1).

Assim considerado, o trabalho enquanto elemento central para a compreensão do sujeito inserido em um coletivo social comporta uma duplicidade de significados, ao mesmo tempo em que adoecer dignifica, podendo também ser causa de prazer ou sofrimento, possibilitando, em alguns casos, o desenvolvimento da identidade e fortalecimento da saúde mental. Desse modo, a relação com o trabalho nunca é neutra no que se refere à saúde mental, estando o trabalho presente tanto na construção da saúde mental quanto nas descompensações (Dejours, 2017).

Nesse contexto, a atividade de trabalho em instituições de acolhimento envolve o entendimento da mobilização subjetiva e implicação na saúde dos trabalhadores diante das situações complexas que se apresentam nesse ambiente laboral, que acolhe sujeitos vítimas de violações de direitos e com vínculos familiares rompidos (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente [CONANDA] & Conselho Nacional de Assistência Social [CNAS], 2009).

De acordo com as legislações do SUAS, o acolhimento institucional configura-se em um serviço de Proteção Social Especial (PSE) de Alta Complexidade, de caráter provisório e excepcional, conforme a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (CONANDA & CNAS, 2009).

O termo acolhimento institucional vem sendo utilizado em contraposição a terminologia abrigo, desde as alterações trazidas pela Lei 12.010 de 3 de agosto de 2009 e se configura como uma medida protetiva e provisória, destinado a crianças e adolescentes vítimas de violações de direitos e que por decisão judicial foram retiradas dos núcleos familiares de origem, considerando que nos casos de impossibilidade da reintegração familiar é necessário providências para colocação em família substituta.

No que se refere à literatura nacional de produções relacionadas às vivências de trabalhadores em instituições de acolhimento para crianças e adolescentes e suas condições de trabalho, alguns estudos encontrados trazem dados importantes sobre as mobilizações engendradas nos processos de trabalho, entre eles, citamos: Pereira, Pereira e Johnson, 2011; Careta, 2011; Lima, 2012; Avoglia, Silva e Mattos, 2012; Giroto, 2015; Bassoli, 2017; Ferreira e Moreira, 2017; Giroto e Amador, 2018; Menezes, 2018.

Em relação às regiões brasileiras que concentram os estudos, destaca-se a Região Sul do Brasil com a maior produção de pesquisas realizadas em instituições de acolhimento. Na região Nordeste não foi encontrado, para esse tipo de pesquisa, nenhuma publicação que tivesse como objeto de estudo a análise dessa categoria de trabalhadores.

No que se referem ao contexto do trabalho, os resultados nacionais do Censo SUAS-Sistema Único de Assistência Social de 2019 referentes às Unidades de Acolhimento para crianças e adolescentes, evidenciam um quantitativo de 6.220 trabalhadores atuantes nas Unidades da região nordeste (Brasil, 2020).

Nesse contexto, diante da complexidade que envolve as relações sujeito- trabalho, sobretudo na compreensão de que a relação com o trabalho nunca é neutra no que se refere à saúde mental, estabelecemos como objetivo deste artigo analisar as vivências subjetivas de prazer e sofrimento de trabalhadores de instituições de acolhimento para crianças e adolescentes.

2 Método

2.1 Tipo de pesquisa

O estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa, dado o interesse e a necessidade de dar visibilidade às situações de trabalho e às vivências subjetivas que atravessam o trabalho de cuidado em instituições de acolhimento para crianças e adolescentes, tomando como conceito central para análise, o sofrimento humano e seu destino na relação com as modalidades de organizações do trabalho (Sznelwar, Uchida & Lancman, 2016).

O delineamento metodológico adotado nesta investigação encontra-se respaldado em alguns princípios da Psicodinâmica do Trabalho, contando com adaptações em função do tipo de instituição e trabalhadores envolvidos nessa prática. Esta metodologia, busca investigar o trabalho vivo e seus efeitos para o funcionamento psíquico dos trabalhadores, apostando na escuta e na oferta de um espaço para palavra como ferramentas essenciais para possibilitar ao trabalhador se haver com uma parte sobre o seu próprio trabalho que, até então, ignorava, transformando essa experiência vivida em conhecimentos que poderão ser usados pelo trabalhador para inventar novos caminhos para sua vida (Dejours, 2017).

2.2 Local da Pesquisa e participantes

A coleta de dados do presente estudo foi realizada com trabalhadores de instituições de acolhimento para crianças e adolescentes em Unidades localizadas no interior do Estado da Paraíba PB. As unidades de acolhimento atende às principais necessidades da unidade da Secretaria da Assistência Social – SEMAS, cujo objetivo central é estabelecer e restabelecer os vínculos familiares entre as crianças e adolescentes atendidos e seus responsáveis diretos (genitores e/ou parentes), promover o convívio social e comunitário, bem como possibilitar o desenvolvimento educacional, cultural e psicossocial das crianças e adolescentes, funcionando 24h por dia nos sete dias da semana, considerando que sua rotina deve assemelhar-se a de um lar.

Participaram do estudo dezessete trabalhadoras de diversas categorias profissionais dentro do serviço de acolhimento para crianças e adolescentes. É válido destacar que, embora as Unidades de acolhimento do Município possuíssem trabalhadores do sexo feminino e masculino, apenas mulheres se disponibilizaram a participarem do estudo, nesse sentido, às palavras estarão sempre no feminino como referência ao grupo.

2.3 Instrumento

Inicialmente, a coleta dos dados se deu através de um formulário de levantamento sócio demográfico, com o objetivo de caracterizar a amostra e levantar questões tais como: função exercida, vínculo empregatício, escolaridade, estado civil, tempo de profissão, idade, religião, filhos. Juntamente com o formulário, foi utilizado um roteiro de entrevistas individuais semiestruturadas, compostas por 15 perguntas norteadoras, que nos deram suporte para a análise deste estudo, sobretudo no que diz respeito à análise das vivências subjetivas de prazer e sofrimento no trabalho e as implicações da atividade para a saúde dos trabalhadores.

2.4 Procedimento de Coleta de Dados

Devido ao estado de calamidade pública iniciado pela pandemia da Covid-19, que coincidiu com o período estabelecido no cronograma para a coleta de dados, o contato com os trabalhadores das Instituições precisou ser ampliado. Assim, além das entrevistas de forma presencial, foram realizadas entrevistas de forma virtual, através de chamadas telefônicas.

No tocante aos trabalhadores acessados de forma virtual, os contatos foram repassados através da coordenação das Instituições de Acolhimento, em seguida foi feito contato para certificar-se de que o trabalhador estaria dentro dos critério de inclusão do estudo e, estando dentro dos parâmetros estabelecidos, foi agendado previamente um horário com o participante interessado, via chamada telefônica. Para os trabalhadores acessados de forma presencial, as entrevistas foram realizadas nas próprias Unidades de acolhimento, seguindo os protocolos da Organização Mundial de Saúde para prevenção da covid-19, sendo executada em horários e dias disponibilizados pela coordenação. Cada entrevista durou aproximadamente 30min, e estas foram transcritas na íntegra após sua realização.

Após a aprovação da pesquisa pelo comitê de ética, foi iniciada a coleta de dados. Ao serem contatados, os participantes foram informados acerca do estudo, explicitando o caráter voluntário da participação.

Durante as entrevistas individuais foram utilizados gravadores de áudio com o consentimento do participante que assinou o TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE e o TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ – TAGV. Nos casos das entrevistas realizadas de forma virtual, as entrevistas foram gravadas e o TCLE e o TAGA enviados via e-mail com a assinatura digitalizada do pesquisador, antes da realização das entrevistas. Os participantes tiveram suas identidades preservadas de identificação e assegurado o direito de que os mesmos desistissem em qualquer fase do estudo, ou se recusem a participar do mesmo.

2.5 Análise dos Dados

Embasados nos pressupostos da Psicodinâmica do Trabalho, esta pesquisa considerará a fala como dado primordial para análise. Os resultados obtidos na pesquisa foram analisados a partir da técnica de Análise do Núcleo de Sentido (ANS), apresentada por Mendes (2007).

A Análise do Núcleo de Sentido proposta por Mendes (2007) considera toda a rede de significados revelados no conteúdo dos núcleos, agrupando os temas não só pelos conteúdos manifestos e recorrentes como também, considerando os conteúdos latentes, psicológicos, contradições, paradoxos e outros aspectos particulares da linguagem que são importantes

para o objeto. É nessa perspectiva que Martins e Mendes (2012) afirmam que para ocorrer produção de sentido e a elaboração das vivências subjetivas relacionadas ao trabalho, não basta que o pesquisador esteja disponível para ouvir, é necessário escutar o que se apresenta de inédito no discurso do sujeito trabalhador.

3 Resultados e Discussões

Os resultados da pesquisa estão organizados em núcleos de sentidos, e serão exemplificados a partir do discurso das trabalhadoras entrevistadas. O primeiro núcleo diz respeito às experiências subjetivas de prazer, já o segundo núcleo refere-se às vivências de sofrimento experienciadas no trabalho.

Núcleo 1 : “Eu me sinto bem, eu me sinto útil, eu sei que eu faço bem para elas e isso pra mim é gratificante”.

Sobre a percepção e os sentimentos relacionados ao trabalho desenvolvido com as crianças e adolescentes acolhidos, de modo geral, as entrevistadas descreveram o sentimento de desafio e de aprendizado, tal como exemplificado a seguir: “Eu gosto muito, mas é muito desafiador, porque são crianças e adolescentes extremamente fragilizados [...] elas já vem com uma vivência de no mínimo sete anos, seja de acolhimento, seja de rejeição, seja de exclusão, seja de qualquer coisa” (P1). Nessa perspectiva, o trabalho diz respeito ao modo de engajamento da subjetividade para enfrentar os inesperados do fazer profissional, sendo o trabalho caracterizado como “uma aprovação para a subjetividade, da qual está sempre sai ampliada, engrandecida ou, ao contrário, reduzida, mortificada” (Dejours, 2012, p.34).

Dejours (2004) aponta que a centralidade do trabalho pode se configurar como elemento estruturante ou patológico para a subjetividade, sendo a ação de trabalhar mobilizadora da personalidade como um todo, ultrapassando os limites do ambiente laboral e o tempo cronológico que o sujeito destina a desempenhar tal função, tal como expresso por uma das entrevistadas: “É uma experiência muito rica, é um trabalho complexo, não é uma coisa simples que você chega e cumprir só sua carga horária” (P16).

Nesse contexto, a saúde e o prazer no trabalho são sempre resultantes de conquistas, não sendo jamais definitivamente adquiridas (Dejours, 2011b) estando o sofrimento sempre mediado, seja pela mobilização subjetiva, seja pelas defesas,

configurando-se como um importante elemento na mobilização do poder de engenhosidade da inteligência (Mendes & Vieira, 2014).

Apesar de classificarem seu trabalho como desafiante, todas as entrevistadas, independente do cargo que desempenham, verbalizaram satisfação com as atividades que desenvolvem. Assim, as falas a seguir apontam para o sentimento de responsabilidade, utilidade e reconhecimento de seu trabalho na vida das crianças e adolescentes acolhidos, proporcionando sentido ao trabalho e se configurando como fonte de prazer.

“Sabe aquele prazer de você saber que está se esforçando para melhorar a vida do outro” (P5);

“Eu me sinto bem, eu me sinto útil, eu sei que eu faço bem para elas e isso pra mim é gratificante” (P9);

“Eu gosto muito do meu trabalho lá de fazer o diferencial na vida das crianças, amenizar um pouquinho da história de vida delas” (P15).

Percepções semelhantes com estas foram encontradas por Menezes (2018), exemplificados através das falas dos trabalhadores “Cuidar de quem não tem voz, nem vez”, “Fortalecer laços, para que continuem vivos”, “Responsabilidade e respeito”, “Doação” e “estamos quem sabe no momento mais crítico da vida deles, eles precisam de apoio”. No estudo produzido por Bassoli (2017), as maiores médias obtidas pelos profissionais participantes no fator realização profissional tiveram como afirmações mais pontuadas as afirmações “Orgulho pelo que faço”, seguido de “ Identificação com as minhas tarefas”.

Brito e Souza (2011) em estudo que buscou analisar a qualidade de vida com trabalhadores de Instituição de acolhimento, indicou avaliação da qualidade de vida por parte dos trabalhadores com médias boas a excelentes, sendo os maiores escores atribuídos ao domínio do ambiente, ou seja, a forma como o profissional vê a relevância de seu trabalho na vida de cada criança e adolescente atendido, seguido do domínio da espiritualidade, que atribui à superação de determinadas dificuldades de sua função pelo aspecto religioso, como se estivesse exercendo uma obrigação cristã.

Na dimensão da relação sujeito-trabalho, a mobilização subjetiva se apresenta, em alguns casos, como uma fonte de vivência de prazer no trabalho. É nesse ponto que se destaca um conceito que está intimamente relacionado à dinâmica prazer-sofrimento: o reconhecimento. Nessa perspectiva, Duarte e Mendes (2015), ressaltam que o reconhecimento surge como um modo de compensação simbólica ofertada ao trabalhador pelo engajamento da sua subjetividade e da inteligência. Nesse sentido, as entrevistadas destacaram como fonte de prazer o reconhecimento do seu trabalho percebido por parte da coordenação, tal como demonstram as falas a seguir:

“Quando faço e recebo elogios, é muito prazeroso, cansa, é cansativo, mas no final do dia o que você escuta de positivo já... é muito bom” (P3);

“A nossa coordenação ela agradece muito o empenho da gente, ela mostra muito a gente que cada criança que tá ali que se desenvolve, [...] vai ficar um pouquinho de tudo de bom que a gente passou vai ficar naquela criança.” (P9).

Assim, o reconhecimento apresenta-se enquanto elemento essencial para a constituição da identidade e da transformação do sofrimento em prazer, potencializando, conseqüentemente, os processos de saúde no contexto laboral e se inscrevendo no registro de ganhos da identidade. Nesse âmbito, a arte do ofício, necessita de um processo de elaboração com o outro, para se constituir numa experiência reconhecida e reutilizável (Martins & Mendes, 2012).

Conforme Dejours e Cardoso (2001) “uma vez reconhecido, o trabalho oferece não apenas a oportunidade de transformação de si mesmo, mas também a de realização no campo social” (p.90). Por outro lado, se o trabalho não possibilita o reconhecimento, o sofrimento pode ser intensificado. Nesse sentido, ao ser questionada sobre a percepção do reconhecimento no seu trabalho, uma entrevistada descreve: “Eu nunca pensei nisso não. Eu acho que eu chego, trabalho, converso, brinco, vou embora, no outro plantão volto” (P4).

Na relação com o prazer que existe entre o trabalhador e seu trabalho, considerando os discursos das entrevistadas que sinalizam a existência de experiências positivas no trabalho, pode-se enfatizar que os engendramentos dos afetos perpassam as relações estabelecidas com o outro, não implicando, necessariamente, ao âmbito patológico da dinâmica psíquica.

Núcleo 2: “A cada história de cada crianças você termina se envolvendo emocionalmente”.

Considerando o fato de lidar com as mais diversas histórias de situações de violações de direitos a que às crianças e adolescentes institucionalizados são submetidos, as entrevistadas, de modo geral, independente do cargo que ocupam, descreveram o contato com as histórias de vida das crianças e adolescentes como elementos mobilizadores de tristeza e sofrimento no trabalho. Nesse sentido, as entrevistadas relatam:

“É muito triste quando você constrói essa infância de uma forma sofrida, dolorida né, e a gente sabe que ninguém vem entrar numa casa de acolhimento com uma infância maravilhosa, sempre eles vêm muito sofridos” (P16);

“Quando uma criança chega que ela foi espancada, estuprada, isso me causa sofrimento, as histórias delas, elas não mereciam está naquela situação” (P13);

“No começo eu fiquei muito abalada né, a gente conhece um pouco da história, tanto contada por eles como às vezes a gente tem acesso” (P8).

“No começo é mais difícil, porque você se choca muito com certas coisas que acontecem, você se apega, quer ajudar aquelas crianças” (P9).

Essas falas que demonstram a complexidade do trabalho real, sinalizam a inexistência e insuficiência de recursos de formação profissional que deem suporte ao trabalhador para execução do trabalho. Partindo desse complexo cenário, as orientações técnicas para funcionamento do serviço, destacam a importância do acompanhamento sistemático do profissional, incrementado com capacitações continuadas, visto que os casos atendidos nesses serviços acabam afetando de alguma forma emocionalmente os profissionais, necessitando de atividades de acompanhamento no sentido de melhorar o desempenho do profissional, a qualidade do atendimento institucional e o bem-estar das crianças e dos adolescentes acolhidos (CONANDA & CNAS, 2009).

As normativas de funcionamento ainda estabelecem a criação de espaços para trocas, nos quais os trabalhadores possam compartilhar entre si experiências e angústias decorrentes da atuação, buscando a construção coletiva de estratégias para o enfrentamento de desafios (CONANDA & CNAS, 2009).

Nessa perspectiva, para o sujeito atingido pelo real do trabalho, o sofrimento é o ponto de partida e não o ponto de chegada. Assim, o sofrimento pode funcionar para implicar o sujeito na busca de inventar e elaborar saídas possíveis para lidar com as resistências postas pelo real do trabalho, sendo o sofrimento um fator que pode mobilizar e impulsionar o trabalhador. É nesse contexto que o sofrimento não se caracteriza como uma consequência do encontro com o real, e sim como uma proteção da subjetividade em busca de meios de transformar esse sofrimento para a superação da resistência do real (Dejours, 2004, 2012).

Outra forma de sofrimento produzido através do trabalho com as crianças e adolescentes acolhidos, diz respeito ao sentimento de impotência frente à execução do trabalho, destacadas pelas entrevistadas:

“As angústias maiores são quando a gente não pode resolver que não depende necessariamente da gente. Por exemplo, tem meninas que passam aqui cinco anos no acolhimento, seis, ninguém tem o que fazer, a gente tenta de todo lado, mas não tem o que fazer então isso me gera uma angústia, porque vai chegar à maioridade, aquela menina vai precisar sair da Unidade” (P1);

“ Às vezes a gente quer fazer mais, fazer um pouco além e eu tenho que ver qual é o meu papel, qual é a prioridade, qual o caso que a gente tem que ter um olhar mais apurado. Se eu pudesse e se eu tivesse tempo eu me dedicaria o máximo a todos, a todos os casos” (P14).

Sentimentos de impotência, raiva, dúvida, medo, solidão e falta de reconhecimento foram relatados pelas cuidadoras no estudo de Lima (2012). Na investigação proposta por Cavalcante e Corrêa (2012) as autoras retratam a recorrência de expressões que traduzem insatisfação e frustração com o trabalho realizado pelos cuidadores, exemplificada na fala: “Pensava que era possível demonstrar todo o amor que sentimos ao ver essas crianças, mas o tempo e as condições não são possíveis. Um monitor para doze crianças e o amor é por atacado” (p.16).

A presença do custo afetivo acarretado ao trabalho e as dificuldades em manejar as relações estabelecidas com as crianças e adolescentes também são retratadas por Menezes (2018) “Porque sei lá, não sei se é a casa, não sei se é o que foi vivido por eles, que eles trazem como bagagem pessoais faz com que eles tenham uma inconstância”.

No que se refere ao custo humano do trabalho, os resultados encontrados por Cavalcante e Corrêa (2012) apontam o esforço físico, a atenção continuada, relacionamento com as crianças e relacionamento com a administração como os aspectos cansativos mais elencados pelos trabalhadores do estudo.

Conforme Dejours e Cardoso (2001) “o trabalho, de fato, sempre convoca o corpo. Para que seja possível um trabalho de qualidade, é preciso que ele passe por uma subjetivação da matéria, da ferramenta ou do objeto técnico” (p.93). Dito isto, a arte de trabalhar é, ao fim e ao cabo, a arte de viver. Uma arte da invenção, do improviso e do impreciso. Nessa lógica, através da experiência que cada um carrega no próprio corpo, há sempre um preço a pagar, em termos de saúde (Dejours, 2004).

Outro elemento potencializador de sofrimento trazido nos discursos das trabalhadoras, refere-se a emergência da ambiguidade de sentimentos de tristeza e felicidade durante o processo de saída da criança e adolescente da Instituição, seja em virtude de reintegração familiar ou adoção, tal como destacado:

“Quando elas vão sempre tem aquele chorozinho, tanto da alegria deles estarem conquistando uma família, que eles merecem, como também pela falta que a gente vai sentir deles” (P15);

“ [...] Passa um tempo aqui e são adotadas, quando vai embora a gente sente” (P9);

“A gente cuida e depois a gente tem que deixar elas irem para o cantinho delas, eu tenho minha casa e elas precisam da delas e a gente acaba tendo um vínculo muito grande” (P13);

“ É como um filho, a gente se apega e sofre quando vai embora” (P17).

Sobre essa questão, conforme o que orienta as normativas, o serviço de acolhimento deve promover um processo de desligamento gradativo, de modo que, tanto as crianças e adolescentes como os profissionais sejam preparados e recebam apoio nesse momento. Nesse

contexto, destaca-se a importância do profissional quanto a clareza do seu papel, evitando se apossar da criança e do adolescente, desse modo o serviço de acolhimento, não deve ter a pretensão de ocupar o lugar da família da criança ou adolescente, mas contribuir para o fortalecimento dos vínculos familiares, favorecendo o processo de reintegração familiar ou o encaminhamento para família substituta, quando for o caso (CONANDA & CNAS, 2009).

Todavia, o que se pode compreender através dessas falas, é que a operacionalização da política tal como é efetivada, contraria as próprias normativas, assim, a fragilidade pela falta de conhecimentos técnicos- científicos faz com que os trabalhadores acolham as crianças e adolescentes enquanto filhos, distanciando-se da função de oferta de um suporte afetivo com vistas ao fortalecimento dos vínculos familiares e o apoio no processo de desligamento do serviço de acolhimento institucional.

Frente às vivências de sofrimento, essas trabalhadoras sustentam uma normalidade enigmática, que conforme Dejours (2011a) é resultante de um equilíbrio sempre precário entre o sofrimento e as defesas contra o sofrimento, as falas a seguir exemplificam:

“As histórias meio que abalam, mas a gente vai trabalhando” (P5);

“No começo eu me chocava mais com a história deles, mas hoje em dia eu já levo mais tranquilo” (P9);

[...] Antigamente eu me colocava no lugar e sofria por elas e acabava trazendo pra minha vida pessoal, hoje eu ainda trago, as vezes chego em casa chorando, mas a gente vai aprendendo a lidar com essas emoções” (P11);

“Tem algumas histórias que meio que me afetam, mas não me afetam ao ponto de eu ficar louca” (P5).

Essas falas sinalizam o esforço dessas trabalhadoras para transformar o sofrimento e não adoecerem, contudo, o que se pode perceber através do discurso das entrevistadas é que essa vivência de sofrimento, somada à insuficiência de suporte técnico para execução do trabalho, tem contribuído para a deterioração progressiva da saúde dessas mulheres e caminha para um quadro de desprazer e de patologias.

No tocante à complexidade dessa atividade de trabalho, os dados do levantamento Nacional (Assis. et al, 2013) elencam alguns questionamentos: “Cadê o cuidando do cuidador? Cadê o cuidador cuidado?”, “os próprios funcionários estão ficando doentes”.

Nessa perspectiva, as falas das entrevistadas trazem situações de adoecimento diretamente vinculadas ao trabalho, tal como destacado:

“ Percebi que eu estava entrando num quadro de ansiedade e estava muito relacionado ao trabalho também, eu não conseguia ficar sentada em casa, assim como uma pessoa normal, porque pra mim é como se descanso fosse negligência e eu voltei pra terapia e estou melhor” (P1);

"Às vezes quando eu estou em casa, na noite antes de ir trabalhar, eu fico naquela ansiedade de ir, mal consigo dormir, ai quando chego lá passa essa sensação, é um prazer" "Eu já passei por um período, onde tinham outras adolescentes aqui na casa, que davam bem mais trabalho, e eu já cheguei até passar no psicólogo, tomar alguma medicação {...} o meu emocional não sabia como lidar com a situação" (P7).

Ao se referir ao sofrimento produzido pelo trabalho, o estudo de Lima (2012) retrata que várias cuidadoras procuravam atendimento psicológico em função das angústias desencadeadas no ambiente ocupacional. Na investigação de Menezes (2018) um trabalhador descreve: "É um desgaste, né? Um desgaste psicológico. (...) Eu sou ser humano. Eu vou pra todo canto. Eu sou a mesma pessoa em todo canto. Eu não tenho como usar essas facetas de máscaras. Não tem como" (p.65).

Nesse sentido, a coordenadora de uma das Unidades relata episódios de adoecimento da equipe de trabalho e da necessidade de suporte dos Órgãos gestores municipais, tal como exemplificado: "Foi até algo que eu levei para a Secretaria, conversei com eles lá sobre essa questão de ter algum tipo de intervenção maior em relação a saúde mental e tinham alguns planos para esse ano que a gente não conseguiu executar muito" (P1).

Nesse contexto, as falas desse grupo de trabalhadoras sinalizam fortes indícios de adoecimento e de invisibilidade pelas Políticas Públicas, principalmente as que se referem à saúde mental do trabalhador. Nesse sentido, as complexas relações estabelecidas diante do contexto social – jurídico e político no qual se insere o acolhimento institucional, favorecem a reprodução daquilo que o próprio serviço tenta reparar: invisibilidade, vulnerabilidade e o abandono.

4 Considerações finais

Diante do exposto, apesar da existência das legislações e orientações técnicas que regulam os serviços de acolhimento, Lima (2012) afirma que o funcionamento destes serviços não se dá apenas por uma imposição legal, mas pelos efeitos que produz nos espaços sociais, que muitas vezes resulta em um descompasso entre as medidas jurídicas e as práticas vivenciadas nessas instituições.

Frente a esses resultados alcançados destaca-se que a inexistência e insuficiência do Estado, referente à oferta de recursos de formação profissional que deem suporte ao trabalhador para execução do trabalho, expõe esse grupo de trabalhadoras a vivências de sofrimento, que se não for encontrados meios de transformação através das estratégias defensivas e de enfrentamento, pode contribuir para a deterioração progressiva da saúde

dessas mulheres, já havendo fortes indícios dessa possibilidade, tal como apresentado nas falas das entrevistadas.

A partir desse direcionamento, é essencial pensar em um lugar de acolhimento que envolva tanto as crianças e adolescentes como os trabalhadores. É nesse contexto que se dá a escolha por ampliar os estudos com esses trabalhadores e analisar aquilo que circula e se repete em algumas instituições de acolhimento, mas que certamente não ocorre da mesma forma. Partindo desse pressuposto, esse estudo enfatiza que a melhoria da qualidade da assistência prestada, tal como preconiza as orientações técnicas previstas para o funcionamento do serviço de acolhimento institucional, só é possível na medida em que os trabalhadores responsáveis pelo cuidado direto, sejam reconhecidos e assistidos na redefinição e humanização das práticas em saúde, em especial daquelas pertinentes à Saúde do Trabalhador.

Espera-se que os resultados desta pesquisa provoquem visibilidade a esse grupo de trabalhadores, considerando a necessidade de valorização desses trabalhadores no cenário brasileiro, em virtude de serem ainda pouco valorizados financeira e tecnicamente pela sociedade, a despeito do seu papel fundamental para a promoção das mudanças sociais pretendidas pelo Sistema Único de Assistência Social (Assis. et.al, 2013).

5 Referências

- Assis, S. G., & Farias, L. O. P. (Orgs). (2013). *Levantamento nacional de crianças e adolescentes em acolhimento institucional e Familiar*. São Paulo: Hucitec.
- Bassoli, E. (2017). *Vivências de prazer e sofrimento no trabalho do educador social de Casas de Acolhimento*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: Corumbá. Recuperado de <https://ppgecpan.ufms.br/files/2017/04/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Vers%C3%A3o-Final-1.pdf>.
- Brasil. (2020). *Censo SUAS 2019: Resultados nacionais unidades de acolhimento*. Brasília, Coordenação-Geral de Planejamento e Vigilância Socioassistencial. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério da Cidadania. Brasília, DF.
- Brito, C., & Souza, J. (2011). Qualidade de vida dos educadores sociais em abrigos de proteção a crianças e adolescentes. *Psicologia: teoria e prática*, 13(1), 89-100. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872011000100007&lng=pt&tlng=pt.

- Cavalcante, L.I.C. & Corrêa, L.S. (2012). Perfil e trajetória de educadores em instituição de acolhimento infantil. *Cadernos de Pesquisa*, 42(146), 494-517. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742012000200010>
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) (Coord.) 2009. *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*. Brasília, DF: CNAS.
- Dejours, C. (1986). Por um novo conceito de saúde. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 54 (4), 7-11.
- Dejours, C. (1987). *A Loucura do Trabalho: Estudo de Psicopatologia do Trabalho*. São Paulo: Cortez.
- Dejours C. (2004) *Subjetividade, Trabalho e Ação*. Revista Produção.; 14(3): 27-34.
- Dejours, C. (2011a). *Addendum*. In Lancman, S. & Sznalwar, L.I (Orgs). *Cristophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. (pp . 57-123). 3ªEd. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C. (2011b) *Entre sofrimento e reapropriação: o sentido do trabalho*. In Lancman, S. & Sznalwar, L.I (Orgs). *Cristophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. (pp . 433-448). 3ªEd. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C. (2011c). *Para uma clínica da mediação entre psicanálise e política*. In Lancman, S. & Sznalwar, L.I (Orgs). *Cristophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. (pp. 217-251). 3ªEd. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C. (2012), *Trabalho Vivo*. Brasília, Paralelo 15, v. 2.
- Dejours, C. (2017). *Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos*. Porto alegre: Dublinense.
- Dejours, C., & Cardoso, M. R. (2001). *Christophe Dejours: entrevista*. *Agora*, 4(2), 89-94. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/agora/v4n2/v4n2a07.pdf>.
- Duarte, G., & Spinelli, L. (2019). Estereótipos de gênero, divisão sexual do trabalho e dupla jornada. *Revista Sociais e Humanas*, 32(2). <https://doi.org/10.5902/2317175836316>
- Lima, S. (2011). *Coletivo de trabalho e reconhecimento: Uma análise psicodinâmica dos cuidadores sociais*. Tese Doutorado. Universidade de Brasília: Brasília. Recuperado de https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10103/1/2011_SuzanaCanezCruzLima.pdf.
- Martins, S. R., & Mendes, A. M. (2012). Espaço coletivo de discussão: A clínica psicodinâmica do trabalho como ação de resistência. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 12(2), 171-183. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572012000200004&lng=pt&tlng=pt.
- Mendes, A. M. (2007). *Psicodinâmica do trabalho: Teoria, métodos e pesquisas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Mendes, A. M., & Vieira, F. O. (2014). Diálogos entre a psicodinâmica e clínica do trabalho e estudos sobre coletivos de trabalho e práticas organizacionais. *Rev. De Estudos Organizacionais e Sociedade*, 1, 144-189. Recuperado de <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/farol/article/view/2608>.
- Menezes, T. (2018). *Vivências subjetivas no trabalho de cuidadores sociais na cidade de Manaus-AM*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Amazonas: Manaus. Recuperado de https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/6451/5/Disserta%c3%a7%c3%a3o_Tamara%20Menezes.
- Sznelwar, L.I, Uchida, S. & Lancman, S. (2016). *A subjetividade no trabalho em questão*. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 23, n. 1. pp. 11-30. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/ts/v23n1/v23n1a02>.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar as relações sujeito-trabalho-saúde para trabalhadores de Instituições de Acolhimento de crianças e adolescentes à luz da Psicodinâmica do trabalho, abordagem teórica metodológica que tem como foco os aspectos subjetivos mobilizados no encontro do sujeito com a sua situação de trabalho real. Assim, levando-se em consideração os resultados alcançados, pretendemos discorrer sobre as principais conclusões, contribuições e limitações percebidas no presente estudo.

Conforme analisado, as trabalhadoras estão submetidas a um contexto de trabalho complexo e repleto de variabilidades e demandas, com a presença de grande lacuna entre o trabalho prescrito e o trabalho efetivamente realizado, que exige forte mobilização subjetiva.

Nesse contexto, os resultados sinalizam que o Estado contraria suas próprias normativas e orientações técnicas estabelecidas para funcionamento e garantia da oferta de um serviço especializado nas Unidades de Acolhimento, negligenciando a oferta de capacitações e treinamentos, considerando que são poucas as oportunidades de encontro e que, quando existem, são de curta duração; assim como, ausência de forma criteriosa dos pré-requisitos para seleção e contratação de profissional qualificado e com perfil adequado, escolha feita na maior parte dos casos por indicação política.

Associado a essa lacuna da Política Pública entre o prescrito e o operacionalizado, tem-se todo o contexto da divisão sexual do trabalho e relações de gênero, ancorado na construção histórica do cuidado como algo naturalizado para a mulher, assim, essas trabalhadoras percebem-se sobrecarregadas pelas exigências do trabalho, articuladas ao manejo emocional diante do desejo de suprir, do lugar de mãe substituta, as demandas daquelas crianças e adolescentes que trazem em sua história violações de direitos, abandono e negligência, fatores esses que repercutem diretamente no processo de saúde-adoecimento dessas trabalhadoras.

Sobre as condições de trabalho, estas são marcadas pela precarização, através de forma de contrato de trabalho que não oferece segurança nem estabilidade, baixos salários e condições físicas e materiais insuficientes para o funcionamento da Unidade.

Sobre as formas de prazer identificadas, as falas das entrevistadas apontam para o sentimento de responsabilidade, utilidade e reconhecimento de seu trabalho na vida das crianças e adolescentes acolhidos, proporcionando sentido ao trabalho e se configurando como fonte de prazer. Outra dimensão importante apontada diante da mobilização engendrada

no relação sujeito-trabalho, diz respeito ao reconhecimento como elemento potencializador dos processos de saúde no contexto laboral.

Dentre as estratégias defensivas e de enfrentamento, destaca-se a utilização da religião, prática que atualiza modelos assistencialistas e revela resquícios de uma ação caritativa- assistencial, assim como à negação do próprio sofrimento como saída diante do real do trabalho, o que conduz para o caminho do sofrimento patogênico.

No que se refere às formas de sofrimento, os discursos apontam o contato com as histórias de vida das crianças e adolescentes como elemento de maior custo emocional e mobilizador de tristeza e sofrimento no trabalho. Outro elemento potencializador de sofrimento refere-se à emergência da ambiguidade de sentimentos de impotência, tristeza e felicidade durante o processo de saída da criança e adolescente da Instituição, seja em virtude de reintegração familiar ou adoção, sentimentos resultantes da ausência de suporte na promoção de um processo de desligamento gradativo, de modo que, tanto as crianças e adolescentes como os profissionais sejam preparados e recebam apoio nesse momento.

Nesse contexto, destaca-se que a inexistência e insuficiência do Estado, referente à oferta de recursos de formação profissional que deem suporte ao trabalhador para execução do trabalho, expõe esse grupo de trabalhadoras a vivências de sofrimento, que se não for encontrados meios de transformação através das estratégias defensivas e de enfrentamento, pode contribuir para a deterioração progressiva da saúde dessas mulheres, já havendo fortes indícios dessa possibilidade, tal como apresentado nas falas das entrevistadas.

Assim considerado, podemos pensar que a contribuição desse estudo está direcionada ao campo da saúde mental no trabalho, bem como para o fortalecimento e reestruturação da Política de Acolhimento Institucional, tal como é efetivada no cotidiano das Unidades, considerando a necessidade de efetivação de alguns processos e condições de trabalho já prescritos para o serviço e entendendo que as ações em saúde devem alcançar o sujeito trabalhador antes da intensificação do sofrimento e do estabelecimento de uma patologia.

Como limite da presente investigação, destacamos a impossibilidade de realização de encontros coletivos, uma vez que, o atual cenário de Pandemia coincidiu com o período estabelecido no cronograma para a coleta de dados, acreditando que a concretização de encontros grupais poderia ter proporcionado uma melhor elaboração das vivências, bem como trazido à tona mais questões imbricadas nesse coletivo de trabalho.

Desta maneira, aponta-se para a necessidade de realização de outras pesquisas que busquem contribuir com este mesmo enfoque, com vistas a possibilitar visibilidade aos trabalhadores de Unidades de Acolhimento das diferentes Regiões do Brasil e analisar aquilo

que circula e se repete em alguns serviços de acolhimento, mas que certamente não ocorre da mesma forma.

REFERÊNCIAS

- Alves, R.S.F.; Santos, G.C. & Alves, F.T.F. (2019) .*Proposta de estágio supervisionado na área de psicologia com enfoque na saúde*. Laplage em Revista (Sorocaba), vol.5, n.1, jan.- abr. 2019, p.180-192.
- Assis, S.G. et. Al. (2013). *Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional e Familiar*. São Paulo: Hucitec.
- Avoglia, H. R. C., Silva, A. M. da & Mattos, P. M. de. *Educador social: Imagem e relações com crianças em situação de acolhimento institucional*. *Rev. Mal-Estar Subj* [online]. 2012, vol.12, n.1-2, pp. 265-292.
- Bassoli, E. N (2017). *Vivências de prazer e sofrimento no trabalho do educador social de Casas de Acolhimento*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: Corumbá.
- Brasil (1993). Lei nº 8.742. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Recuperado em 07 de julho de 2019, de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1993/lei-8742-7-dezembro-1993-363163-publicacaooriginal-1-pl.html>
- Brasil (2009). Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. Brasília, DF: Autor. Recuperado em 07 de julho de 2019, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm#art2
- Brasil. Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) (Coord.) (2009). *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*. Recuperado em 01 de Junho de 2019, de http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf.
- Brasil (2020). Censo SUAS 2019. Resultados Nacionais, Unidades de Acolhimento. Brasília, Coordenação-Geral de Planejamento e Vigilância Socioassistencial. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério da Cidadania.
- Brasília (2011). NOB-RH/SUAS: anotada e comentada. DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social. Recuperado em 07 de julho de 2019, de http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf
- Brito, J. C. (2000). *Enfoque de gênero e relação saúde/trabalho no contexto de reestruturação produtiva e precarização do trabalho*. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 16(1):195-204, jan-mar. Recuperado em 07 de julho de 2019, de <https://www.scielo.br/pdf/csp/v16n1/1578>
- Brito, C. V, & Souza, J.C. (2011). *Qualidade de vida dos educadores sociais em abrigos de proteção a crianças e adolescentes*. *Psicologia: teoria e prática*, 13(1), 89-100. Recuperado em 07 de julho de 2019, de

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S15163687201100011pt&tln g=pt

- Careta, D.S. (2011) *Quando o ambiente é o abrigo: cuidando das cuidadoras de crianças em acolhimento institucional*. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo: São Paulo. Recuperado em 01 de Junho de 2019, de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-14062011-161730/pt-br.php>.
- Cavalcante, L.I.C. & Corrêa, L.S. (2012). *Perfil e trajetória de educadores em instituição de acolhimento infantil*. Cadernos de Pesquisa, 42(146), 494-517. Recuperado em 10 de Junho de 2019, de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742012000200010&script=sci_abstract&tln g=pt
- Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) (Coord.) 2009. *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*. Recuperado em 01 de Junho de 2019, de http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-alcolhimento.pdf.
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) (Coord.) 2009. *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*. Recuperado em 01 de Junho de 2019, de http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-alcolhimento.pdf.
- Dejours, C. (1986). Por um novo conceito de saúde. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 54 (4), 7-11.
- Dejours, C. (1987). *A Loucura do Trabalho: Estudo de Psicopatologia do Trabalho*. São Paulo: Cortez.
- Dejours, C.(1997)*O fator humano*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Dejours, C., & Cardoso, M. R. (2001). *Christophe Dejours: entrevista*. *Agora*, 4(2), 89-94. Recuperado em 10 de agosto de 2009, de <http://www.scielo.br/pdf/agora/v4n2/v4n2a07.pdf>
- Dejours C. (2004) *Subjetividade, Trabalho e Ação*. *Revista Produção.*; 14(3): 27-34.
- Dejours, C. (2011a) Entre sofrimento e reapropriação: o sentido do trabalho. In Lancman, S. & Sznelwar, L.I (Orgs). *Cristophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. (pp . 433-448). 3ªEd. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C. (2011b). Inteligência prática e sabedoria prática: Duas dimensões desconhecidas do trabalho real. In Lancman, S. & Sznelwar, L.I (Orgs). *Cristophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. (pp . 381-407). 3ªEd. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C. (2011c).Addendum. In Lancman, S. & Sznelwar, L.I (Orgs). *Cristophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. (pp . 57-123). 3ªEd. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Brasília: Paralelo 15.

- Dejours, C. (2011c). *Para uma clínica da mediação entre psicanálise e política*. In Lancman, S. & Sznelwar, L.I (Orgs). Cristophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. (pp. 217-251). 3ªEd. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C. (2011d). Prefácio . In Lancman, S. & Sznelwar, L.I (Orgs). Cristophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. (pp . 23-54). 3ªEd. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C. (2012), *Trabalho Vivo*. Brasília, Paralelo 15, v. 2.
- Dejours, C. (2017). *Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos*. Porto alegre: Dublinense.
- Duarte, G., & Spinelli, L. (2019). *Estereótipos de gênero, divisão sexual do trabalho e dupla jornada*. *Revista Sociais e Humanas*, 32(2). Recuperado em 01 de Junho de 2020, de <https://doi.org/10.5902/2317175836316>
- Duarte, F. S., & Mendes, A. M. (2015). Da escravidão a servidão voluntária: perspectivas para a clínica psicodinâmica do trabalho no Brasil. *Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 3, 68-128
- Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). (1990). Brasília. Recuperado em 01 de Junho de 2019, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm.
- Elage, B. et al. (2011). *Formação de profissionais em serviços de acolhimento*. 2ª ed. São Paulo: Instituto Fazendo História.
- Ferreira, J.A, Moreira, M.I.C (2017). *O acolhimento institucional na perspectiva dos trabalhadores dos serviços de proteção: múltiplos sentidos*. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 256-273. Recuperado em 01 de Junho de 2019, de <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/13545/1263>
- Giroto, W. M.(2015). *Ofício de educar em abrigo institucional: diálogos com trabalhadores-educadores* Dissertação (Mestrado). Porto Alegre, BR-RS. Recuperado em 01 de Junho de 2019, de <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/141504>.
- Giroto, W. M., Amador; F. S. (2018) *Cartografando a atividade do educador de um abrigo institucional*. *Pesquisas e Práticas Psicossociais* 13(1), São João del Rei.
- Hirata, H. (2020). *Comparando relações de cuidado: Brasil, França, Japão*. *Estudos Avançados*, 34(98), 25-40. Epub. Recuperado em 30 de janeiro de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01034014202000010005
- Hirata, H., & Kergoat, D. (2007). *Novas configurações da divisão sexual do trabalho*. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 595-609. Recuperado em 30 de janeiro de 2021, de https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010015742007000300005&script=sci_abstract&tlng=pt
- Lima, S. C.C. (2011). *Coletivo de trabalho e reconhecimento: Uma análise psicodinâmica dos cuidadores sociais*. Tese Doutorado. Universidade de Brasília: Brasília.

- Magalhães, C.M.C, Costa, L.N , & Cavalcante, L.I.C. (2011). *Percepção de educadores de abrigo: o seu trabalho e a criança institucionalizada*. Journal of Human Growth and Development, 21(3), 818-831. Recuperado em 01 de junho de 2019, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104128220110003008&lng=pt&tlng=pt.
- Martins, S. R., & Mendes, A. M. (2012). *Espaço coletivo de discussão: a clínica psicodinâmica do trabalho como ação de resistência*. Revista Psicologia Organizações e Trabalho, 12(2), 171-183. Recuperado em 03 de novembro de 2019, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198466572012000200004&lng=pt&tlng=pt.
- Mendes, A. M. (2007). *Psicodinâmica do Trabalho: Teoria, métodos e pesquisas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Mendes, A. M., & Vieira, F. O. (2014). *Diálogos entre a psicodinâmica e clínica do trabalho e estudos sobre coletivos de trabalho e práticas organizacionais*. Rev. De Estudos Organizacionais e Sociedade, 1, 144-189.
- Menezes, T. (2018) *Vivências subjetivas no trabalho de cuidadores sociais na cidade de Manaus-AM*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Amazonas: Manaus.
- Montmollin, M. (1990). *A ergonomia*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Oliveira, G. T. S. (2017). *Do lar doméstico ao lar institucional: a percepção sobre o trabalho na ótica das cuidadoras sociais de casas e lares de Curitiba e região metropolitana*. Dissertação de mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
- Pereira, A. L, Pereira, F. Johnson, G.A. (2011). *Os desafios cotidianos dos trabalhadores em um abrigo para crianças e adolescentes*. Emancipação, Ponta Grossa, 11(2): 189-201. Recuperado em 01 de Junho de 2019, de <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/733>
- Poletto, L. B. (2012). *A (des)qualificação da infância: a história do Brasil na assistência dos jovens*. In: IX ANPED SUL. Caxias do Sul. Recuperado em 01 de Junho de 2019 de <http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1953/329>
- Schwarz, R.G, Thomé, C.F. (2017). *Divisão Sexual do Trabalho e Impactos na Saúde das Trabalhadoras: Adoecimento por Ler/Dort*. R. Direitos, trabalho e política social, CUIABÁ, V. 3, n. 5, p. 123-149, Jul./dez. Recuperado em 01 de Junho de 2020 de <http://revista91.hospedagemdesites.ws/index.php/rdtps/article/view/19>
- Sznelwar, L.I, Uchida, S. & Lancman, S. (2016). *A subjetividade no trabalho em questão*. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 23, n. 1. pp. 11-30. Recuperado em 01 de novembro de 2019, de <http://www.scielo.br/pdf/ts/v23n1/v23n1a02>.

APÊNDICE A



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I - CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA SAÚDE**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, _____, em pleno exercício dos meus direitos me disponho a participar da Pesquisa “**DIMENSÕES DO TRABALHO REAL EM INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO**”.

Declaro ser esclarecido e estar de acordo com os seguintes pontos:

O trabalho **DIMENSÕES DO TRABALHO REAL EM INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO** terá como objetivo geral **ANALISAR AS RELAÇÕES SUJEITO-TRABALHO-SAÚDE PARA TRABALHADORES DE INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.**

Ao voluntário só caberá a autorização para a realização de entrevistas semiestruturadas e sessões coletivas, os riscos previstos conforme a Resolução CNS 466/12/ CNS/MS Item V, são mínimos, tendo em vista que pode haver mobilização emocional por parte dos trabalhadores. Caso isso aconteça a entrevista ou a sessão coletiva será imediatamente interrompida e o pesquisador fará acolhimento psicológico, podendo se necessário encaminhar o profissional para atendimentos psicológico sistemático na Clínica Escola da UEPB.

- Ao pesquisador caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma confidencial; entretanto, quando necessário for, poderá revelar os resultados ao médico, indivíduo e/ou familiares, cumprindo as exigências da Resolução Nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.

- O voluntário poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho ora proposto, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o mesmo.

- Será garantido o sigilo dos resultados obtidos neste trabalho, assegurando assim a

privacidade dos participantes em manter tais resultados em caráter confidencial.

- Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes voluntários deste projeto científico e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros ao voluntário e, portanto, não haveria necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável.

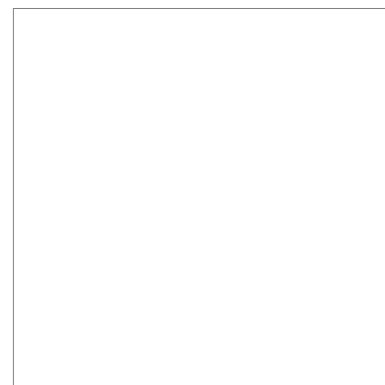
- Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos, o participante poderá contatar a equipe científica no número (083) 988085934 com Rafaela Elias da Silva. Ao final da pesquisa, se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados, com o pesquisador, vale salientar que este documento será impresso em duas vias e uma delas ficará em minha posse. Se houver dúvidas em relação aos aspectos éticos ou denúncias o Sr(a) poderá consultar o CEP/UEPB no endereço: Rua das Baraúnas, 351- Complexo Administrativo da Reitoria, 2º andar, sala 229, Bairro do Bodocongó - Campina Grande-PB nos seguintes dias: Segunda, terça, Quinta e Sexta-feira das 07h00 às 13h00.

- Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de consentimento livre e esclarecido.

Assinatura do pesquisador responsável

Assinatura do Participante

Assinatura Dactiloscópica do participante da pesquisa
(OBS: utilizado apenas nos casos em que não seja possível a coleta da assinatura do participante da pesquisa).



APÊNDICE B

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I - CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA SAÚDE**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ –TAGV

Eu, _____ depois de entender os riscos e benefícios que a pesquisa intitulada Dimensões do Trabalho Real em Instituições de Acolhimento poderá trazer e, entender especialmente os métodos que serão usados para a coleta de dados, assim como, estar ciente da necessidade da gravação de minha entrevista,

AUTORIZO, por meio deste termo, a pesquisadora Rafaela Elias da Silva a realizar a gravação de minha entrevista sem custos financeiros a nenhuma parte.

Esta **AUTORIZAÇÃO** foi concedida mediante o compromisso dos pesquisadores acima citados em garantir-me os seguintes direitos:

1. poderei ler a transcrição de minha gravação;
2. os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, jornais, congressos entre outros eventos dessa natureza;
3. minha identificação não será revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas;
4. qualquer outra forma de utilização dessas informações somente poderá ser feita mediante minha autorização, em observância ao Art. 5º, XXVIII, alínea “a” da Constituição Federal de 1988.
5. os dados coletados serão guardados por 5 anos, sob a responsabilidade do(a) pesquisador(a) coordenador(a) da pesquisa Rafaela Elias da Silva, e após esse período, serão destruídos e,
6. serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse da gravação e transcrição de minha entrevista.

Ademais, tais compromissos estão em conformidade com as diretrizes previstas na Resolução Nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, que dispõe sobre Ética em Pesquisa que envolve Seres Humanos.

Campina Grande-PB, de _____ de _____.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura e carimbo do pesquisador responsável

APÊNDICE C**Formulário de Levantamento Sócio Demográfico**

Idade: _____

Sexo: _____

Estado Civil: () Solteiro(a) () Casado(a) () Divorciado(a) () Viúvo(a)

Religião _____ () Não possui

Possui filhos? _____

Formação escolar _____

Função exercida na instituição: _____

Tempo de trabalho na instituição: _____

Qual a sua carga horária de trabalho: _____

Qual o tipo de vínculo empregatício; _____

Possui algum outro vínculo empregatício? () Sim () Não.

Caso sim, qual? _____

APÊNDICE D

Roteiro de entrevistas

1. Como foi a escolha por essa atividade de trabalho?
2. Você conhece os documentos de orientações técnicas para atuação em Instituição de Acolhimento? Quais?
3. Quais são os treinamentos e capacitações ofertados para você? Qual a frequência? E como você avalia?
4. Como você avalia o seu entendimento sobre o Estatuto da Criança e do adolescente?
5. Quais são suas atribuições e responsabilidades na equipe?
6. Como você percebe o seu trabalho na instituição?
7. Como é trabalhar com crianças e adolescentes acolhidos? Quais são as maiores dificuldades?
8. Você e seus colegas possuem algum tipo de macete (técnica, astúcia, artimanha) que tenha como finalidade facilitar o trabalho? Pode dar exemplos?
9. O seu trabalho te gera satisfação/prazer? Como?
10. No seu dia a dia você percebe motivos no trabalho que te causam sofrimento? Quais? Dê exemplos.
11. Como é a relação com os outros colegas da equipe para a realização das atividades?
12. Como você avalia suas condições de trabalho (no tocante as condições físicas, ao salário, ao vínculo empregatício, gestão, processo de trabalho)?
13. Quais sugestões você teria para melhorar as condições de trabalho?
14. Você se sente reconhecido no seu trabalho? De quem vem esse reconhecimento?
15. Gostaria de acrescentar algo?